Valid

VALID SOLUÇÕES S.A.

CNPJ/MF 33.113.309/0001-47 - NIRE 33.3.0027799-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Valid Soluções S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. **COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:** "Prezados, Apresentamos hoje os resultados do ano de 2021 da Valid, período que ficará marcado por todos os esforços que nossos colaboradores fizeram para que pudéssemos apresentar números recordes. Iniciamos o ano com dúvidas de como os mercados em que atuamos iriam se comportar em um cenário ainda impactado pelos efeitos da pandemia global e, felizmente, fomos capazes de encerrar 2021 com resultados que demonstram a capacidade da Valid em se transformar. Fechamos o ano de 2021 com Receita Líquida de R$ 2.198 milhões, aumento de 13,3% sobre o número de 2020 e EBITDA Ajustado de R$ 331,1 milhões, aumento de 63,5% em relação ao ano anterior. Em termos de margem, o ano de 2021 apresentou margem EBITDA de 15,1%, incremento de 4,6 p.p.. Após o ano de 2020, quando a Valid havia reportado Prejuízo Líquido Normalizado de R$ 124,0 milhões, 2021 finaliza com R$ 38,2 milhões, aumento de R$ 162,2 milhões. Os resultados alcançados em 2021 colocam a Valid em um patamar recorde, acima do que se encontrava no ano de 2019, período em que ainda não havia efeitos da pandemia, sendo que os resultados do último trimestre do ano, em termos de margens, encontram-se acima daqueles vistos em 2019. Vale destacar o maior equilíbrio das vendas e margens pelas diferentes verticais de atuação. Os fortes resultados obtidos durante o ano possibilitaram que o Conselho de Administração deliberasse sobre o pagamento de JCP no montante de R$ 23,1 milhões referentes ao resultado do período. Ao longo dos próximos parágrafos apresentamos os principais eventos ocorridos durante o ano de 2021 segmentado pelas nossas principais linhas de negócio. No segmento de governo (VGS) obtivemos crescimento consistente no volume de emissões de documentos e de margens, à medida que a população foi reestabelecendo os seus hábitos de circulação e, em função da aceleração do programa de vacinação. Enquanto no 1T21 emitimos 3,6 milhões de documentos, no 4T21 emitimos 6,0 milhões. Durante o ano defendemos importantes contratos junto aos nossos clientes públicos e ainda conseguimos ganhar outras importantes praças como: Minas Gerais, Espírito Santo e Piauí, onde começaremos a atuar a partir de 2022. Obtivemos avanços nas negociações com alguns de nossos principais devedores, o que possibilitará a entrada de recursos e reverterá lançamentos de perdas que estavam provisionados contabilmente. Em função dos ajustes de vencimento estabelecidos pelo CONTRAN, acreditamos que ao longo de 2022 e 2023 teremos a redução do estoque de CNHs vencidas que ainda não foram renovadas. Vale destacar também os ajustes operacionais que foram feitos ao longo do ano de 2021, como a otimização das plantas operacionais, reduzindo-as de três para uma, trazendo mais sinergia para a operação, assim como as iniciativas para centralização da emissão de documentos nas praças regionais. No segmento de business solutions (VBS) tivemos outro ano de destaque com crescimento de vendas superando os 30,8%. O EBITDA neste segmento cresceu 26,6% frente ao obtido em 2020, com a margem EBITDA no ano atingindo 9,3%, com destaque para o 4T21 onde apresentamos margem de 12,7%. A demanda vem sendo puxada pelos newbanks e fintechs que tem acrescentado volumes robustos de clientes a sua base, oferecendo a estes cartões de maior valor agregado. O movimento acelerado pelos novos players financeiros acaba afetando o comportamento dos bancos incumbentes que buscam melhorar os cartões que oferecem aos seus usuários. As tendências de curto e médio prazo devem se manter o que fará com que a Valid busque otimizar sua capacidade de entrega, assim como continuar trabalhando em melhores margens. No segmento de Telco, onde possuímos atuação global e receita em moeda forte (USD e EUR), vimos um forte impacto em função da redução drástica da oferta global de chips. Em função do nosso relacionamento de longo prazo com os principais fornecedores, conseguimos garantir as entregas aos nossos clientes e, mesmo em um ano de menor volumetria de vendas de chips, fomos capazes de aumentar a Receita em 12,7% e o EBITDA em 38,4%. Tais resultados foram possíveis em função de uma melhor estratégia comercial, otimização da nossa rede de supply chain e foco em produtos de melhor margem. O segmento de Telco Global apresentou um ano consistente em termos de resultados o que ajudou na composição de números globais expressivos. Na vertical VDS, fechamos o ano de 2021 com crescimento de 39,1% atingindo a marca de R$ 190,1 milhões de Receita, o que faz com que este segmento venha ganhando mais representatividade no mix de vendas. Por ser um segmento em que estamos em ramp up já era esperado que VDS apresentasse margens operacionais mais apertadas, porém saímos de 2020 com um EBITDA negativo de R$ -2,6 milhões para um resultado positivo de R$ 12,3 milhões em 2021. Esta virada operacional mostra a capacidade da Valid em não apenas identificar boas oportunidades de crescimento, mas, especialmente, de não avançar em frentes que não indiquem resultados satisfatórios. Nossa operação nos EUA apresentou queda tanto de Receita quanto de EBITDA em 2021 frente ao ano de 2020, sendo estas variações de -6,5% e -37,2% respectivamente. Continuamos focados em buscar oportunidades para melhorar a rentabilidade nesta geografia, o que levou a Valid a vender uma de suas plantas no mês de dezembro de 2021, otimizando a operação local. No 1S21, a Valid realizou importantes ajustes em sua estrutura de capital através de um aumento de capital privado de R$ 99 milhões realizado junto a sua base de acionistas. Celebramos diferentes contratos de dívidas bilaterais e realizamos a 8ª emissão de debêntures. Tais iniciativas ajudaram a equilibrar os passivos que estavam concentrados no curto prazo. O suporte da rede de credores foi importante para que focássemos na entrega dos resultados operacionais. Em termos de alavancagem, reduzimos o indicador de Dívida Líquida / EBITDA de 3,2x para 1,8x, patamar abaixo do que possuíamos antes da pandemia. O ano também encerra com a Companhia apresentando um nível confortável de caixa. Com um maior equilíbrio na estrutura de capital, buscaremos ainda melhores condições de financiamento e amortização ao longo dos próximos anos. Realizamos ainda no 1º semestre de 2021, o Valid Capital Markets Day quando apresentamos aos principais acionistas e investidores em geral o Planejamento Estratégico da Empresa para os próximos anos, além de iniciativas que estavam sendo iniciadas através do Valid Labs, onde possuímos um time dedicado de executivos focados nas novas avenidas de crescimento. Durante o ano, reforçamos também o canal de comunicação com os investidores através de calls periódicos, iniciativas que continuarão fortes no ano de 2022. Passamos por transformações importantes em nossas estruturas operacionais e de comando. Tivemos a chegada do nosso novo Diretor Financeiro e de RI, Renato Tyszler, da nova Diretora de Gente e Cultura, a Sra. Daniela Belisario, além da criação de Diretoria de Governança e Controles liderada pela Sra. Heloisa Sirota. Realizamos também a mudança da nossa identidade visual e de nossos valores, processo que envolve todos os colaboradores da Empresa deixando cada um destes ainda mais alinhado com a cultura da Valid. Mudamos de escritório, tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, onde passamos a adotar o modelo de escritório compartilhado, sem mesas definidas, de forma que todos possam ter total acesso entre si. Esta mudança de layout também chegou a nossa fábrica de Sorocaba que passou a ter um espaço administrativo seguindo os mesmos moldes dos demais escritórios. Por fim, em 2021 retomamos o Programa de Incentivo de Longo Prazo através de Ações e, pela primeira vez, a participação neste programa envolve também o nível gerencial da Valid. Ficamos felizes em fechar um ano robusto de conquistas e continuamos empenhados, com o suporte de toda a nossa rede de colaboradores, na de resultados ainda maiores e melhores. Muito obrigado, e vamos em frente!". **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst Young Auditores Independentes ("EY") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas empresas controladas. Em 2021, a remuneração da EY referente aos serviços de auditoria independente da Companhia, sediada no Brasil, foi de R$2.034 mil. Adicionalmente, a EY prestou outros serviços profissionais relacionados à auditoria independente no montante total de R$82 mil, referentes basicamente: (i) Consultorias tributárias. As políticas da Valid Soluções S.A na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços não relacionados à auditoria. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. Para melhor ilustrar as boas práticas adotadas, a Companhia possui exclusivamente ações ordinárias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA – B3), possui um Conselho de Administração com cinco membros sendo quatro deles independentes e segue o regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O Novo Mercado é um segmento de listagem da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação vigente. **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** A Valid adota o conceito de Responsabilidade Social Empresarial que abrange todos os interlocutores do seu negócio: clientes, empregados, fornecedores, acionistas, governo e sociedade. Sua política de Responsabilidade de Total é a reunião do que existe de boas práticas sócio responsáveis e sustentáveis, adaptadas ao negócio para que elas sirvam exatamente à sua realidade e assim, sejam ainda mais eficazes. A Valid desenvolve seus relacionamentos com os públicos de interesse de seu negócio levando em conta a minimização dos impactos negativos de suas operações e a maximização das oportunidades que pode gerar. Assim, a Companhia busca apoiar a evolução do mercado e suas práticas, consciente do papel da esfera privada e de sua própria responsabilidade, como uma grande companhia, em promover princípios e ações que gerem valor a todos os públicos com os quais se relaciona. A Valid busca contribuir para o desenvolvimento sustentável utilizando seu poder de compra aliado à adoção de critérios para aquisição de materiais e serviços com fornecedores que levem em conta, em suas operações, a preservação ambiental e o desenvolvimento social. Assim, consciente de seu papel de multiplicadora dos princípios de gestão para o desenvolvimento sustentável, estimula seus fornecedores a aprimorarem suas práticas socioambientais. As soluções oferecidas aos seus clientes agrega valor, alinhando-se às suas boas práticas para a sustentabilidade e garantindo a qualidade e confiabilidade dos produtos entregues. A Valid é comprometida com uma atuação socialmente responsável, por isso, assume uma série de compromissos públicos em relação a importantes temas identificados como prioritários para a manutenção dos direitos humanos e desenvolvimento das sociedades: Combate ao Trabalho Infantil: A Valid possui políticas aplicáveis à não-utilização de mão-de-obra infantil e estimula que sua cadeia de fornecedores também estejam aderentes à esta mesma política, assim como prevê reparação para os casos de incidência de trabalho infantil, de acordo com seu Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Valid. Trabalho Forçado: A Companhia se compromete contra o trabalho forçado e incentiva o combate à prática em sua cadeia de relacionamentos. Discriminação: A Valid busca eliminar a discriminação e disseminar a diversidade - com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou afiliação política, ou idade - na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria. Inclusão de pessoas com deficiência: A Valid prepara os líderes para receberem pessoas com deficiência em suas equipes, em um ambiente seguro, e adequado às suas habilidades. A Companhia aporta recursos em projetos que promovem o bem-estar social e o desenvolvimento educacional de jovens pelo Brasil, tais como: Projeto Horizonte com a ONG que proporciona aos jovens moradores da comunidade no entorno da companhia em Sorocaba/SP, oportunidades de integração ao meio social e ao mercado de trabalho, através da formação profissional, em parceria com o SENAI e a Associação LUAR, através do curso de Assistente Administrativo, com duração de aproximadamente 11 meses, totalizando 400 horas. Durante o período do curso, todos os jovens são contratados pela Valid como aprendizes. Jovens formados pelo projeto de 2011 a 2021: 219. Atualmente contamos com 30 jovens em formação; 2. Projeto PCD que visa formação técnica de jovens portadores de deficiência física, auditiva, visual ou intelectual em parceria com o SENAI RJ, atualmente temos 18 PCDs estão no programa, em que são formados em Rede de Computadores; 3. Projeto de TI Conexão Arte, que beneficia e prepara 132 alunos de comunidades, em diferentes linguagens de programação, Front-end, Back-end e Mobile. **ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM:** A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento. **AGRADECIMENTOS:** Reconhecendo que os resultados alcançados pela Valid S.A. em 2021 são frutos do esforço, empenho, apoio e profissionalismo de todos que de alguma forma estão relacionados ao nosso negócio, a Companhia gostaria de agradecer a todos os colaboradores, acionistas, membros do Conselho de Administração, membros do conselho fiscal, clientes e fornecedores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	**206.464**	316.597	**390.039**	486.536
Contas a receber de clientes	5	**152.323**	139.224	**428.869**	358.162
Créditos com partes relacionadas	14	**193.896**	10.044	**-**	342
Impostos a recuperar	6.a	**42.122**	33.879	**82.647**	71.051
Estoques	7	**134.235**	105.471	**323.266**	270.014
Aplicação financeira vinculada	4	**45.746**	57.113	**45.797**	57.163
Outros ativos		**4.778**	6.360	**39.321**	48.005
		779.564	668.688	**1.309.939**	1.291.273
Ativo disponível para venda	11	**8.209**	-	**16.746**	13.546
		787.773	668.688	**1.326.685**	1.304.819
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	**8.573**	5.622	**8.573**	5.622
Contas a receber de clientes	5	**5.603**	7.334	**5.603**	23.663
Créditos com partes relacionadas	14	**171.447**	-	**1.722**	3.656
Depósitos judiciais	8	**40.483**	20.589	**41.204**	21.166
Impostos a recuperar	6.a	**52.198**	21.556	**81.624**	21.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	**41.308**	31.840	**115.533**	104.465
Aplicação financeira vinculada	4	**123.891**	-	**123.891**	-
Outras contas a receber		**880**	689	**4.477**	3.932
Investimentos	9	**900.020**	802.619	**62.369**	62.871
Imobilizado	11	**190.514**	187.802	**431.254**	446.945
Intangível	10	**40.532**	36.951	**894.848**	870.110
		1.575.449	1.115.002	**1.771.098**	1.564.313
Total do ativo		**2.363.222**	1.783.690	**3.097.783**	2.869.132

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante					
Fornecedores		**74.899**	66.326	**203.061**	188.062
Débitos com partes relacionadas	14	**3.260**	9.152	**250**	3.042
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar	12	**323.805**	364.149	**446.267**	756.600
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		**45.566**	23.449	**92.804**	52.448
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.c	**10.368**	7.505	**29.335**	39.936
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.d	**23.156**	11	**23.156**	11
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		**3.877**	8.661	**59.435**	50.785
		484.931	479.253	**854.308**	1.090.884
Passivo não circulante					
Débitos com partes relacionadas	14	**3.160**	3.000	**3.190**	3.030
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar	12	**572.624**	218.763	**820.355**	551.485
Provisões	13	**37.410**	13.155	**45.548**	18.625
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.c	**451**	-	**1.245**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	**-**	-	**38.337**	44.847
Outras contas a pagar		**5.842**	6.641	**28.274**	47.605
		619.487	241.559	**936.949**	665.592
Total do passivo		**1.104.418**	720.812	**1.791.257**	1.756.476
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	**1.003.527**	904.508	**1.003.527**	904.508
Reservas de capital	15.b	**20.967**	12.517	**20.967**	12.517
Ações em tesouraria	15.b	**(31.804)**	(24.808)	**(31.804)**	(24.808)
Reservas de lucros	15.c	**45.774**	199.614	**45.774**	199.614
Ajustes acumulados de conversão	15.e	**220.340**	173.502	**220.340**	173.502
Prejuízos acumulados		**-**	(202.455)	**-**	(202.455)
		1.258.804	1.062.878	**1.258.804**	1.062.878
Participações de não controladores	15.f	**-**	-	**47.722**	49.778
Patrimônio líquido		**1.258.804**	1.062.878	**1.306.526**	1.112.656
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.363.222**	1.783.690	**3.097.783**	2.869.132

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de vendas líquida	17	**847.569**	621.865	**2.198.001**	1.939.142
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	18	**(639.391)**	(539.501)	**(1.682.479)**	(1.596.306)
Lucro bruto		**208.178**	82.364	**515.522**	342.836
Despesas com vendas	18	**(44.207)**	(54.511)	**(191.591)**	(183.013)
Despesas gerais e administrativas	18	**(43.706)**	(27.693)	**(125.295)**	(90.940)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	**(49.657)**	(18.132)	**(60.221)**	(179.050)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**27.041**	(165.739)	**(2.628)**	801
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**97.649**	(183.711)	**135.787**	(109.366)
Receitas financeiras	19	**79.054**	10.738	**161.804**	88.346
Despesas financeiras	19	**(123.027)**	(39.083)	**(230.059)**	(173.481)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**53.676**	(212.056)	**67.532**	(194.501)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.d	**(3.804)**	(709)	**(23.210)**	(9.096)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	**9.815**	10.310	**13.595**	1.948
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**59.687**	(202.455)	**57.917**	(201.649)
Resultado atribuíveis aos acionistas controladores		**59.687**	(202.455)	**59.687**	(202.455)
Resultados atribuíveis aos acionistas não controladores	15.f	**-**	-	**(1.770)**	806
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores	16	**0,76339**	(2,89412)	**0,76339**	(2,89412)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**59.687**	(202.455)	**57.917**	(201.649)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente	**-**	-	**-**	-
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	**54.956**	155.115	**55.893**	158.330
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	**(8.118)**	14.346	**(8.118)**	14.346
Resultado abrangente total do exercício	**106.525**	(32.994)	**105.692**	(28.973)
Resultado abrangente atribuível a:				
Resultado atribuíveis aos acionistas controladores	**106.525**	(32.994)	**106.525**	(32.994)
Resultado atribuíveis aos acionistas não controladores	**-**	-	**(833)**	4.021

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas	**969.917**	698.873	**2.364.102**	2.033.419
Venda serviços e mercadorias líquidas devoluções	**968.600**	715.353	**2.337.189**	2.049.708
Outras receitas	**1.658**	2.226	**39.579**	11.843
Provisão para perdas sobre créditos	**(341)**	(18.706)	**(12.666)**	(28.132)
Insumos adquiridos de terceiros	**(473.994)**	(325.720)	**(1.228.271)**	(1.229.302)
Custo das mercadorias e serviços	**(400.007)**	(284.051)	**(1.044.162)**	(970.489)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	**(73.987)**	(41.669)	**(184.109)**	(258.813)
Valor adicionado bruto	**495.923**	373.153	**1.135.831**	804.117
Depreciação e amortização	**(38.321)**	(41.657)	**(153.166)**	(152.159)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**457.602**	331.496	**982.665**	651.958
Valor adicionado recebido em transferência	**106.095**	(155.001)	**159.176**	89.147
Resultado de equivalência patrimonial	**27.041**	(165.739)	**(2.628)**	801
Receitas financeiras	**79.054**	10.738	**161.804**	88.346
Valor adicionado total a distribuir	**563.697**	176.495	**1.141.841**	741.105
Pessoal e encargos (exceto INSS)	**228.556**	220.149	**617.855**	571.571
Remuneração direta	**173.100**	154.633	**521.659**	467.701
Benefícios	**36.933**	47.702	**72.495**	81.349
FGTS	**18.523**	17.814	**23.701**	22.521
Impostos, taxas e contribuições	**139.908**	110.000	**218.252**	183.919
Federais	**112.137**	82.137	**182.178**	147.080
Estaduais	**1.924**	7.397	**2.684**	8.752
Municipais	**25.847**	20.466	**33.390**	28.087
Remuneração de capitais de terceiros	**135.546**	48.801	**247.817**	187.264
Juros	**123.027**	39.083	**230.059**	173.481
Aluguéis	**12.519**	9.718	**17.758**	13.783
Remuneração de capitais próprios	**59.687**	(202.455)	**57.917**	(201.649)
Dividendos e juros sobre capital próprio	**-**	-	**-**	-
Lucros/prejuízos retidos	**59.687**	(202.455)	**59.687**	(202.455)
Participação de não controladoras nos lucros retidos	**-**	-	**(1.770)**	806
Valor adicionado distribuído	**563.697**	176.495	**1.141.841**	741.105

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Transações de capital	Opção de outorga reconhecida	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido - controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo inicial DMPL em: 31/12/2020		904.508	-	12.517	(24.808)	58.983	140.631	173.502	(202.455)	1.062.878	49.778	1.112.656
Aumento de capital	15.a	**99.019**	-	-	-	-	-	-	-	**99.019**	**2.200**	**101.219**
Ações em tesouraria	15.b	-	-	-	**(6.996)**	-	-	-	-	**(6.996)**	-	**(6.996)**
Efeitos cambiais sobre investimento no exterior	15.e/f	-	-	-	-	-	-	**54.956**	-	**54.956**	**937**	**55.893**
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	15.e	-	-	-	-	-	-	**(8.118)**	-	**(8.118)**	-	**(8.118)**
Opções outorgadas reconhecidas	15.b	-	-	**9.169**	-	-	-	-	-	**9.169**	-	**9.169**
Lucro líquido do exercício	15.d/f	-	-	-	-	-	-	-	**59.687**	**59.687**	**(1.770)**	**57.917**
Ajuste por inflação em controlada no exterior	15.c/f	-	-	-	-	-	**8.571**	-	-	**8.571**	-	**8.571**
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	**(58.983)**	**(143.472)**	-	**202.455**	-	-	-
Aquisição de não controladores		-	**(719)**	-	-	-	-	-	-	**(719)**	**(1.381)**	**(2.100)**
Pagamento de dividendos para não controladores	15.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(2.018)**	**(2.018)**
Constituição da reserva legal	15.c	-	-	-	-	**2.984**	-	-	**(2.984)**	-	-	-
Constituição da reserva para investimento	15.c	-	-	-	-	-	**33.558**	-	**(33.558)**	-	-	-
Provisão para pagamento de juros sobre capital próprio (valor bruto de R$0,29035 por ação)	15.d	-	-	-	-	-	-	-	**(23.145)**	**(23.145)**	-	**(23.145)**
Reserva reflexa		-	-	-	-	-	**3.502**	-	-	**3.502**	**(24)**	**3.478**
Saldo final DMPL em 31/12/2021		**1.003.527**	**(719)**	**21.686**	**(31.804)**	**2.984**	**42.790**	**220.340**	**-**	**1.258.804**	**47.722**	**1.306.526**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Nota	Capital social	Opção de outorga reconhecida	Ações em tesouraria	Ganho na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo inicial em 31/12/2019		904.508	12.517	(16.076)	98	58.983	134.794	4.041	-	1.098.865	18.242	1.117.107
Aumento de capital	15.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.960	1.960
Ações em tesouraria	15.b	-	-	(8.830)	-	-	-	-	-	(8.830)	-	(8.830)
Efeitos cambiais sobre investimento no exterior	15.e	-	-	-	-	-	-	155.115	-	155.115	3.215	158.330
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	15.e	-	-	-	-	-	-	14.346	-	14.346	-	14.346
Lucro líquido(prejuízo)do exercício	15.c	-	-	-	-	-	-	-	(202.455)	(202.455)	806	(201.649)
Ajuste por inflação em controlada no exterior	15.c	-	-	-	-	-	5.149	-	-	5.149	-	5.149
Aquisição de participação de não controladores		-	-	-	-	-	688	-	-	688	(2.842)	(2.154)
Venda de participação para não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.366)	(1.366)
Aquisição da empresa Alpdex	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	548	548
Aquisição da empresa Serbet	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.924	15.924
Aquisição da empresa Mitra	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.171	12.171
Aquisição da empresa Valid Hub	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.120	1.120
Saldo final em 2020		904.508	12.517	(24.906)	98	58.983	140.631	173.502	(202.455)	1.062.878	49.778	1.112.656

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**160.174**	57.769	**336.669**	240.420
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**53.676**	(212.056)	**67.532**	(194.501)
Ajustes ao lucro gerado pelas atividades operacionais		**108.718**	269.825	**300.330**	434.921
Depreciação	11	**30.429**	34.316	**87.393**	94.508
Baixa de ativos		**7.659**	11.969	**11.852**	26.821
Amortização	10	**7.892**	7.341	**65.773**	57.652
Valor justo do fundo Criatec III		**(1.220)**	(189)	**(1.220)**	(189)
Atualização de depósitos judiciais	8	**(687)**	(505)	**(766)**	(506)
Opções de outorgas reconhecidas	15	**9.169**	-	**9.169**	-
Provisões	13	**28.152**	1.413	**31.143**	4.579
Provisão para perdas sobre créditos	5	**341**	18.706	**12.666**	28.132
Provisão para obsolescência de imobilizado	11	**(396)**	8.350	**(396)**	8.350
Provisão para obsolescência de estoques	7	**(2.598)**	2.598	**(1.619)**	7.925
Impairment	10	**4.442**	-	**8.884**	135.380
Equivalência patrimonial	9	**(27.041)**	165.739	**2.628**	(801)
Despesa de juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	19	**63.722**	23.495	**85.020**	56.989
Variação cambial de empréstimos	19	**-**	-	**1.328**	(5.732)
Juros, baixas e variação cambial sobre arrendamentos	19	**(1.487)**	(2.333)	**4.398**	3.702
Juros e variação cambial sobre mútuos	19	**(7.655)**	(174)	**2.473**	2.959
Outros		**1.540**	1.045	**(1.019)**	14.838
Alienação de controladas		**-**	-	**-**	3.567
Aquisição de não controladores		**-**	(1.946)	**-**	(3.253)
Reestruturação de fábricas	20	**12.904**	-	**(1.500)**	-
Créditos e atualizações financeiras de PIS e COFINS sobre ICMS	6	**(18.668)**	-	**(47.070)**	-
Variações nos ativos e passivos		**(83.474)**	(20.033)	**(135.695)**	44.089
Contas a receber de clientes	5	**(11.709)**	(9.874)	**(27.585)**	58.656
Impostos a recuperar	6	**(18.785)**	(13.513)	**(23.057)**	20.154
Estoques	7	**(26.166)**	(17.147)	**(46.711)**	(18.459)
Depósitos judiciais	8	**(19.207)**	11.795	**(19.272)**	16.524
Outras contas a receber		**(1.022)**	495	**10.602**	28.315
Créditos com partes relacionadas	14	**(3.170)**	(747)	**(197)**	(4.801)
Fornecedores		**(9.270)**	21.664	**(16.135)**	(35.047)
Débito com partes relacionadas	14	**(5.732)**	570	**(432)**	(1.392)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		**22.117**	(11.916)	**39.128**	(22.619)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6	**7.174**	1.970	**(12.484)**	17.816
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		**(4.120)**	3.383	**(11.490)**	2.287
Pagamentos para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	13	**(3.897)**	(1.257)	**(4.349)**	(1.662)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Pagamento de Earn Out		**(800)**	-	**(800)**	-
Pagamento de IR e CSLL	6	**(8.115)**	(4.275)	**(22.141)**	(14.502)
Outros		**(772)**	(1.181)	**(772)**	(1.181)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**76.700**	37.736	**200.974**	284.509
Aquisição de imobilizado	11	**(28.631)**	(18.872)	**(58.272)**	(78.965)
Aquisição de intangível	10	**(15.059)**	(13.703)	**(53.608)**	(49.614)
Aumento de capital em controladas	9	**(5.340)**	(37.900)	**-**	-
Títulos e valores mobiliários	4	**(1.731)**	(2.318)	**(1.731)**	(2.318)
Dividendos recebidos	9	**-**	90.840	**-**	-
Aquisição da participação societária – Serbet	9	**-**	(6.452)	**-**	(6.266)
Aquisição da participação societária – Alpdex	9	**-**	(548)	**-**	(191)
Aquisição da participação societária – Valid Hub	9	**-**	(1.680)	**-**	-
Aquisição da participação societária – Mitra	9	**-**	(9.500)	**-**	(8.094)
Aplicação financeira vinculada	4	**(112.524)**	(57.113)	**(112.525)**	(57.163)
Aquisição de não controladores	9	**(2.100)**	-	**(2.100)**	(3.289)
Aumento de capital dos não controladores		**-**	-	**-**	1.960
Caixa aplicados nas atividades de investimento		**(165.385)**	(57.246)	**(228.236)**	(203.940)
Crédito com partes relacionadas	14	**(350.628)**	(3.970)	**-**	-
Dividendos pagos para não controladores	15.d	**-**	-	**(2.018)**	-
Juros sobre capital próprio pagos líquidos	15.d	**-**	(44.340)	**-**	(44.340)
Ações em tesouraria	15.b	**(6.996)**	(8.830)	**(6.996)**	(8.830)
Emissão de ações na controladora, líquido dos custos da transação	15.a	**99.019**	-	**99.019**	-
Pagamento de arrendamentos	25.b	**(4.196)**	(5.741)	**(25.116)**	(30.166)
Pagamento de juros sobre arrendamento	25.b	**-**	-	**(5.366)**	(5.903)
Captação de debêntures	25.b	**522.389**	-	**522.389**	-
Pagamento de debêntures	25.b	**(90.000)**	(90.000)	**(90.000)**	(90.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	25.b	**(32.597)**	(11.118)	**(32.597)**	(11.118)
Captação de financiamentos	25.b	**-**	-	**-**	89
Pagamento de financiamentos	25.b	**-**	-	**(135)**	(39)
Empréstimos	25.b	**99.078**	304.741	**133.035**	441.610
Pagamento de empréstimos	25.b	**(236.992)**	(6.428)	**(629.589)**	(152.982)
Pagamento de juros sobre empréstimos	25.b	**(20.525)**	(4.594)	**(47.217)**	(35.580)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		**(21.448)**	129.720	**(84.591)**	62.741
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(110.133)**	110.210	**(111.853)**	143.310
Saldos do caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	**316.597**	206.387	**486.536**	318.522
Efeito mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes		**-**	-	**15.356**	24.704
Saldos do caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	**206.464**	316.597	**390.039**	486.536
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(110.133)**	110.210	**(113.284)**	143.310

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia: A Valid Soluções S.A. ("Valid", "Controladora" ou "Companhia"), com sede na Rua Peter Lund, nº 146, Caju - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos. A Companhia tem por objeto social, principalmente, a produção e a prestação de serviços para o mercado de segurança na identificação, gerenciamento e proteção de dados, sejam eles físicos ou digitais. Criada em 1957, a Valid incorpora confiança e segurança na identificação de pessoas, objetos e transações, desde o início da sua operação. A permanência no mercado conferiu à marca uma especial credibilidade para o desenvolvimento de soluções seguras e integradas, uma evolução que atravessou o século e que motiva continuar atendendo aos desafios de uma sociedade digital ao longo das próximas décadas. A Valid é um dos mais importantes *players* de tecnologia para emissão de carteiras de motoristas, identidades civis, certificados digitais, além de cartões bancários e virtuais nos mais diversos setores da economia, como governo, bancos, telecomunicações, educação, saúde, entretenimento e varejo. A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Valid tem entre seus principais clientes governos estaduais e agências públicas, grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, varejistas, cooperativas agrícolas e profissionais liberais. O portfólio de soluções oferecidas inclui cartões de crédito e de débito, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos rastreáveis, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários, sistemas de identificação biométrica, sistemas para modernização administrativa, aplicativos para internet banking, sistemas de gestão de assinaturas para operadoras de telefonia móvel, sistemas de armazenamento inteligente, serviços de rastreabilidade utilizando tecnologia RFID e contas de serviços de utilidade pública. A Companhia e suas empresas controladas (aqui definidas como "Companhia e suas controladas") são as sociedades domiciliadas no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Nigéria, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Argentina, México, Uruguai, Colômbia, China, Taiwan e Irlanda, conforme detalhado na Nota 2.3. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 sob o código "VLID3" e encontra-se listada desde 12 de junho de 2016, no segmento de governança denominado de Novo Mercado. **1.1. Avaliação dos impactos da Covid-19:** A Companhia segue acompanhando a evolução da pandemia no Brasil, no mundo e os seus respectivos reflexos em seus segmentos e regiões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, podemos mencionar uma queda acentuada nos volumes de emissão de documentos no 1T21 devido aos impactos da segunda onda da pandemia e uma retomada gradual a partir do 2T21 e normalizando os volumes em todos os estados a partir do 3T21. (i) Os volumes de emissão de CNH foram impactados fortemente pela segunda onda da pandemia nos meses de março e abril de 2021. Nos estados do CE, GO, MA, PA e RS, o maior impacto foi observado em março de 2021, enquanto nos estados da PB, BA, DF, MG, PR, RJ e SP, a maior redução de volumes foi observada no mês de abril de 2021. (ii) A partir do mês de maio de 2021, houve uma retomada dos volumes de CNH com os estados da BA, GO, MG, PB e RJ atingindo volumes normais, enquanto os estados do CE, PR, RS e SP retomaram os volumes médios históricos no mês de junho de 2021. Os estados do DF, MA e PA só recuperaram os volumes pré-pandemia no último trimestre do ano; (iii) Os volumes de emissão de RG se recuperaram gradualmente ao longo do ano, com alguns estados se recuperando a partir de junho e os demais normalizando ao longo do último trimestre de 2021. No segmento de Meios de Pagamento, a oferta de soluções para o varejo (Data Business) localizado nos Estados Unidos ainda vem sendo impactada pelos efeitos da pandemia. Porém, no que tange ao segmento de Identificação, os sites para a coleta de dados em dois estados em grande maioria foram reestabelecidos diante de agendamento, e os volumes de emissão e retornando ao histórico pré-pandemia. Apesar de todos os desafios apontados pela pandemia que afeta o mundo, houve uma manutenção do fluxo contínuo de recebimentos, sem casos de inadimplência relevantes. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas seguem periodicamente efetuando o monitoramento dos seus recebíveis considerando a natureza de suas operações e o posicionamento de seus principais clientes. Os casos de inadimplência identificados são avaliados e tratados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 09. Devido aos impactos da pandemia, desde 18 de março de 2020, a Companhia continua adotando uma série de medidas visando proteger a saúde e a segurança dos funcionários, tais como: • Inclusão de 100% dos colaboradores de funções administrativas em modelo de *home office*; • Fechamento dos escritórios corporativos das regiões, sem impacto nas atividades operacionais; • Afastamento temporário dos colaboradores considerados do grupo de risco, como gestantes, dos maiores de 60 anos, dos imunodeprimidos e dos diabéticos; • Restrição da política de viagens nacionais e internacionais; • Intensificação de todos os protocolos de higienização das fábricas no Brasil, EUA e Argentina; • Medição da temperatura nas operações dos sites e ambiente fabril; • Implantação de *dispensers* de álcool gel e uso intensivo de máscaras por todos os colaboradores em operações essenciais; • Aplicação de divisórias de acrílicos nas operações dos sites de emissão de documentos, refeitórios e pontos de atendimento das unidades fabris; • Acompanhamento dos indicadores e orientações estabelecidas pelo governo de cada região quanto a liberação ou não das atividades; • Monitoramento individual de todos os casos suspeitos e confirmados pela equipe de saúde ocupacional; • Comunicação intensa com 100% dos colaboradores quanto à forma prevenção; e • A partir de outubro, considerando a melhora expressiva no cenário do Covid, começamos a retomada das áreas administrativas, adotando o modelo de trabalho flexível, possibilitando que especificamente esses colaboradores, possam começar a frequentar os escritórios, sem obrigatoriedade e seguindo 100% dos protocolos. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para a publicação pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. As demonstrações financeiras da Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. ("Valid Argentina") foram preparadas sob os requerimentos do *IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, cuja participação percentual nas datas dos balanços está apresentada a seguir:

Controladas	Denominação	% de participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
1. Valid Participações Ltda.	Valid Par	**100**	**-**	100	-
2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Argentina	**98,3**	**1,7**	98,3	1,7
3. Interprint Ltda.	Interprint	**100**	**-**	100	-
3.1. Valid Certificadora Digital Ltda.	Valid Certificadora	**-**	**100**	-	100
3.2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Uruguai	**-**	**100**	-	100
3.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de C.V.	Valid México	**-**	**100**	-	100
3.4. Tress Impressos de Segurança Ltda.	Tress	**-**	**-**	-	100
3.5. Nexitera Consultoria e Soluções em TI Ltda.	Nexitera	**-**	**100**	-	100
3.5.1. Agrotopus Suporte e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	Agrotopus	**-**	**100**	-	100
3.6. Guaratinguetá Consórcio Rotativo	Guaratinguetá Consórcio	**50**	**50**	-	-
4. Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	**100**	**-**	100	-
5. Blu Pay Tecnologia de dados Ltda.	BluPay	**100**	**-**	58	-
6. Serbet - Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda.	Serbet	**50% + 1 ação**	**-**	50% + 1 ação	-
7. Alpdex Processamento de Dados Ltda.	Alpdex	**50%+1 ação**	**-**	50%+1 ação	-
8. Mitra - Acesso em Rede e Tecnologia da Informação Municipal Ltda.	Mitra	**51**	**-**	51	-
9. Valid Hub Consultoria em Tecnologia e Tratamento de Dados S.A.	Valid Hub	**60**	**-**	60	-
10. Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	**100**	**-**	100	-
10.1. Valid USA, Inc.	Valid USA	**-**	**100**	-	100
10.1.1. Valid Identity Solutions, LLC	Valid ID	**-**	**100**	-	100
10.1.2. Valid Secure Packaging, Inc.	VSP	**-**	**100**	-	100
10.1.3. Marketing *Software* Company, LLC	MSC	**-**	**100**	-	100
10.2. Valid A/S	Valid A/S	**-**	**100**	-	100
10.2.1. Valid Logistics Limited	Valid Logistics	**-**	**100**	-	100
10.2.2. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	**-**	**100**	-	100
10.2.2.1. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	**-**	**100**	-	100
10.2.2.2. Valid South Africa (Pty) Ltd.	Valid South Africa	**-**	**70**	-	70
10.2.2.3. Valid Africa Ltd.	Valid Africa	**-**	**100**	-	100
10.2.2.4. Valid Middle East FZE	Valid Middle East	**-**	**100**	-	100
10.2.2.5. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies Índia	**-**	**99,9**	-	99,9
10.2.2.6. Valid Asia Pte Ltd	Valid Singapore	**-**	**100**	-	100
10.2.2.7. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	**-**	**99**	-	99
10.2.2.8. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	**-**	**100**	-	100
10.2.3. Logos Smart Card A/S	Logos Denmark	**-**	**100**	-	100
10.2.4. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	**-**	**1**	-	1
10.2.5. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies Índia	**-**	**0,1**	-	0,1
10.3. Valid Technologies (Beijing) Co, Ltd.	Valid Beijing	**-**	**100**	-	100
10.4. Valid Card Nigeria Limited	Valid Nigéria	**-**	**70**	-	70

1. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. 2. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários, cartões para transporte e de cartões inteligentes (*Simcards*) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países na América Latina. 3. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Nexitera, Valid México e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México e Uruguai, respectivamente. 3.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. 3.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com *chip* e cartões inteligentes em geral. 3.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral. 3.4. Tress: adquirida em julho de 2018, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de impressão de segurança, produzindo principalmente, documentos públicos oficiais, diplomas, carteiras de habilitação, selos de órgãos públicos, Registros Gerais (RGs), entre outros. Em 30 de setembro de 2021, a empresa foi incorporada pela controladora Interprint. 3.5. Nexitera: adquirida em outubro de 2018, com sede no estado do Paraná, Brasil, com foco em soluções corporativas para a área de agronegócio. Com a operação, a Agritech se torna uma linha de negócios da Valid especializada em soluções inovadoras para toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária. 3.5.1 Agrotopus: adquirida em outubro de 2018, com sede no estado do Paraná, Brasil, com foco em soluções corporativas para a área de agronegócio. Com a operação, a Agritech se torna uma linha de negócios da Valid especializada em soluções inovadoras para toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária. 3.6. Guaratinguetá Consórcio: consórcio constituído em outubro de 2019, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de identificação, com foco em prestação de serviço de gestão de vagas públicas (Estacionamento Digital), ampliando o portfólio de soluções para Gestão de Cidades Inteligentes. 4. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um *bureau* comercial. 5. BluPay: adquirida em dezembro de 2019, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de meios de pagamento. Empresa especializada em transações financeiras baseada em tecnologia *blockchain*, que garante a rastreabilidade, privacidade e irretratabilidade das transações realizadas entre as partes de forma imediata e confiável. 6. Serbet: adquirida em maio de 2020, com sede no estado de Santa Catarina, Brasil, atua no segmento de identificação, com foco em prestação de serviço de gestão de vagas públicas (Estacionamento Digital), ampliando o portfólio de soluções para Gestão de Cidades Inteligentes. 7. Alpdex: adquirida em maio de 2020, com sede no estado de Santa Catarina, Brasil, atua no segmento de identificação, com foco em prestação de serviço de gestão de vagas públicas (Estacionamento Digital), ampliando o portfólio de soluções para Gestão de Cidades Inteligentes. 8. Mitra: empresa adquirida em julho de 2020, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de identificação com foco em sistemas integrados de modernização da gestão municipal, ampliando o portfólio de soluções para Gestão de Cidades Inteligentes. 9. Valid Hub: empresa constituída em maio de 2020, com sede no Distrito Federal, Brasília, Brasil, atua no segmento de identificação com foco em prestação de serviços relacionados à plataforma digital de gerenciamento de transações de registro e de comunicação de imóveis e veículos. 10. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (*SIM cards*) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas, Valid USA, Valid Beijing, Valid Nigéria e Valid A/S e duas empresas coligadas chamadas CUBIC e BCT. 10.1. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012, com sede em Illinois, Estados Unidos da América, que atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas Valid ID, VSP e MSC.

Controladas	Localidade	Atividade principal
Valid ID	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o *workflow* de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de *secure fulfilment* (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, *gift cards* e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de *marketing* de bancos de dados altamente efetivos.

10.2. Valid A/S: empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca, que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de *smart cards*, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para *SIM cards* e gerenciamento de *softwares* e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui três controladas diretas e oito controladas indiretas, conforme apresentado a seguir:

Controlada	Direta/indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Mauritius	Matriz de compras (*Suply Chain*)
Valid Holding	Direta	Dinamarca	Holding
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de *software*
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de cartões SIM, cartões bancários, soluções de *software*, outros produtos relacionados e prestação de serviços de gestão à Valid Africa
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de cartões SIM, cartões bancários, outros produtos relacionados e soluções de *software*
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de *software*.
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de *software*.
Valid Singapore	Indireta	Singapura	Venda de cartões SIM, cartões bancários, outros produtos relacionados e soluções de *software*, incluindo a prestação de serviços para outras entidades
Valid Indonésia	Indireta	Indonésia	Venda de cartões SIM e outros produtos relacionados
Valid Taiwan	Indireta	Taiwan	Venda de cartões SIM
Logos Denmark	Direta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções de *software* e venda de módulos para fabricantes de cartões

10.3. Valid Beijing: empresa constituída em março de 2018, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Pequim, China, atuando com desenvolvimento; consultoria e prestação de serviços de tecnologia e importação e exportação de produtos. 10.4. Valid Nigéria: empresa constituída em maio de 2018, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na cidade de Lagos, Nigéria, atuando com produção de cartões inteligentes e outros dispositivos relacionados a tecnologia de cartões inteligentes; fornecimento de soluções em meios de pagamento e marketing digital. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Valid obtiver controle até a data em que o Valid deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Entidade com influência significativa: Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Valid Soluciones Tecnológicas detém 6,22% e 20% das ações da Cubic Telecom ("Cubic") e Beautiful Card Technology ("BCT"), respectivamente, sobre as quais mantem influência significativa e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.4. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma Unidade Geradora de Caixa (UGCs) e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.5. Moedas funcionais e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas controladas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o que dispõe o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21-*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*. a) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre estes itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente). Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. b) Moedas funcionais da Companhia e suas controladas:

Empresas	Moeda funcional
Valid	Real
Valid Participações	Real
BluPay	Real
Serbet	Real
Alpdex	Real
Mitra	Real
Valid Hub	Real
Valid Argentina	Peso argentino
Interprint	Real
Valid Certificadora	Real
Tress	Real
Nexitera	Real
Guaratinguetá Consórcio	Real
Valid Uruguai	Peso uruguaio
Valid México	Peso mexicano
Valid Sucursal	Peso colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid USA	Dólar americano
Valid ID	Dólar americano
VSP	Dólar americano
MSC	Dólar americano
Valid A/S (*)	Dólar americano
Valid Beijing	Dólar americano
Valid Nigéria	Dólar americano

(*) Cada uma das empresas controladas pela Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais. No entanto, a moeda funcional dólar americano é a mais representativa para a Valid A/S e suas controladas. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a esta entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. **2.6. Reconhecimento de receita:** Receita de contrato de cliente: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A seguir estão descritos os segmentos operacionais da Companhia (conforme Nota 21) e, as respectivas considerações sobre o momento do reconhecimento da receita: *Meios de pagamento:* Neste segmento, são vendidos produtos e soluções integradas, tais como: cartões com chip e de tarja magnética; *gift cards*; impressão de cheques; faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, são vendidas soluções em *Radio Frequency Identification* - RFID, cartões *contactless* e de pagamentos móveis (por meio de TSM - *Trusted Service Manager* e HCE - *Host Card Emulation*, via NFC - *Near Field Communication*). A receita de venda desse segmento com relação aos produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos cartões ao passo que o reconhecimento de serviços é efetuado no momento em que ocorre a prestação. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega. *Identificação:* O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados; impressos de segurança; reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade; carteiras de habilitação; carteiras de conselho de classe; selos para segurança e autenticidade de marcas. A Companhia oferece uma estrutura *full service*, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para *Smart Cities* e selos rastreáveis. O reconhecimento da receita deste segmento é realizado no momento da emissão dos documentos, uma vez que os documentos estão emitidos a responsabilidade e consequentemente o controle da sua retirada passa a ser do solicitante. *Telecom - Mobile:* No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Companhia, destacam-se os serviços de emissão de extrato e tecnologias para o uso em celular e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel. Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular - como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM *Cards* o principal produto da unidade de negócio. O reconhecimento de receita deste segmento é realizado no momento que ocorre a transferência de responsabilidade para o cliente. Receita de juros: As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas financeiras". **2.7. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumpram os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.8. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 (IFRS 9). Vide políticas contábeis na Nota 2.6 - Receita de contrato de cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado*: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a partes relacionadas, caixa e bancos e outros ativos financeiros não circulantes (vide Nota 23). *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui instrumento financeiro derivativo representado por *swap*, reconhecido em suas demonstrações financeiras ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Deixa de ser reconhecido: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 (IFRS 9) forem atendidos. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12. *Deixa de ser reconhecido:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecido no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Contabilidade de *hedge*: No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. O objetivo da contabilização de *hedge* é representar, nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado (ou outros resultados abrangentes, no caso de investimentos em instrumento patrimonial para os quais a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes). Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de *hedge* para os quais deve ser aplicada a contabilização de *hedge* para permitir a compreensão de seus fins e efeitos. *Hedge* de investimento líquido: O *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de item monetário contabilizado como parte do investimento líquido, são contabilizados de maneira similar aos *hedges* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte eficaz do *hedge* são reconhecidos como outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionadas à parcela ineficaz são reconhecidos na demonstração do resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado de quaisquer destes ganhos ou perdas registradas no patrimônio líquido é transferido para a demonstração do resultado. A Companhia detém um empréstimo como *hedge* de sua exposição ao risco cambial sobre o investimento que a controlada Valid Espanha possui na Valid USA, conforme Nota 15.e. **2.9. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **2.10. Relatórios financeiros em economias hiper inflacionárias:** Em julho de 2018, no acumulado dos últimos três anos, a inflação na Argentina excedeu o percentual de 100%. Durante o último trimestre de 2018, o peso argentino se desvalorizou fortemente perante as outras moedas e as taxas de juros excederam o montante de 40%. O *International Accounting Standards Board* (IASB) não estabelece quando uma economia é hiper inflacionária. Contudo, o IAS 29 - *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies* traz alguns parâmetros quantitativos e qualitativos que ajudam a determinar se uma economia é hiper inflacionária. A Companhia efetuou uma avaliação sobre o cenário econômico atual da Argentina incluindo em suas análises, a avaliação das projeções futuras da Argentina. Nesse sentido, identificou que a situação dos indicadores acima apresentados não possui expectativa de reversão no curto prazo. Por esse motivo, considerando o que a norma esclarece sobre a manutenção do poder de compra da moeda, a Companhia passou tratar o peso argentino como moeda hiper inflacionária e registrar as transações na subsidiária Valid Argentina sob os requerimentos do IAS 29 a partir do 3º trimestre de 2018. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina, mediante a aplicação das regras do IAS 29 quando da preparação de suas demonstrações financeiras, observando os seguintes aspectos: • A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 do IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações financeiras de qualquer entidade desde o início do período em que se identificar a existência de hiperinflação); • Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 do IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações financeiras se torna necessária. • A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto da conversão de moeda. A atualização monetária do balanço patrimonial da Valid Argentina gerou um impacto de R$13.526 no ativo, (R$20.671) no passivo e R$7.145 no resultado da Companhia. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.13. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e à taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme apresentado a seguir:

	Taxa média de depreciação anual
Edificações	**4,5%**
Máquinas e equipamentos	**10,0%**
Móveis e utensílios	**13,8%**
Veículos	**14,9%**
Equipamentos de processamento de dados	**21,8%**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**14,6%**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado. **2.14. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são inicialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, equivalente ao IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo ou da UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 2020, a Companhia efetuou uma revisão dos investimentos e planos de negócio na unidade de negócio de *Data Business* que, absorveu um impacto significativo decorrente da perda de receita atual e prospectiva, motivada substancialmente pelos impactos da Covid-19 no segmento de varejo nos Estados Unidos. Como resultado, foi constituída uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no montante total de R$ 113.088 (equivalente a US$21.762), composto pelo saldo de R$62.619 (equivalentes a US$12.050) referente a ágio e R$50.469 (equivalente a US$9.712) referente a carteira de clientes. Os efeitos dessa provisão foram refletidos no segmento de meios de pagamentos e no grupo contábil de outras despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. A provisão por redução ao valor recuperável no valor de R$113.088 foi baseada no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa que consiste nos ativos da controlada Marketing Software Company, LLC ("MSC"), localizada nos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma revisão do investimento e plano de negócio na unidade de negócio de Personalização de segurança nos Estados Unidos, que, em decorrência de menor eficiência operacional adicionada à redução do crescimento de receita esperada, constituiu uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no montante de R$ 17.736 (equivalente a US$3.447) nos Estados Unidos. Os efeitos dessas provisões foram refletidos nos segmentos de meios de pagamentos nos Estados Unidos e no grupo contábil de outras despesas operacionais no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma revisão dos investimentos e planos de negócios na unidade de negócio de Gráfica de Segurança, na controlada Tress, que, absorveu um impacto significativo decorrente da perda de receita atual e prospectiva, motivada substancialmente pela perda de um cliente importante para essa unidade geradora de caixa que está alocada no segmento de Identificação no Brasil. Como resultado, foi constituída uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no montante de R$4.556, sendo R$1.721 referente ao ativo imobilizado e R$2.835 referente ao ágio. Os efeitos dessas provisões foram refletidos no grupo contábil de outras despesas operacionais no resultado do exercício. Os testes de redução ao valor recuperável realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não identificaram a necessidade de constituição de novos valores de provisão por redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e de suas controladas. **2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.17. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisão para custos de reestruturação: Provisões para custos de reestruturação são reconhecidas somente quando a Companhia possui uma obrigação construtiva, o que ocorre quando: (i) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando o negócio ou parte do negócio em questão, os principais locais, funções e empregados afetados, a estimativa detalhada dos custos associados e a linha do tempo para sua execução; e (ii) os empregados afetados tenham sido notificados dos principais aspectos do plano. Contrato oneroso: Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 16/03/2022 17:32

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1647376322afbdc2a80f824424b9c5a3901e21414c

avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.18. Sazonalidade:** A Companhia e suas controladas não possuem efeitos significativos relativos à sazonalidade em suas operações. **2.19. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras o valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas na Nota 23. **2.20. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. **2.21. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.22. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação da Companhia, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5). **2.23. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos são divulgados nas atividades de financiamentos. **2.25. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias. **2.26. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de vendas e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. b) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia e suas controladas atuam. c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil. d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. De forma prospectiva, levando em consideração o histórico de perdas e uma avaliação individual adicional do risco de exposição dos seus clientes, a Administração utiliza um *rating* de consulta pública para mensurar a exposição dos mesmos visando obter a mais adequada avaliação do seu risco e consequentemente o registro de sua provisão. f) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível: A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. g) Provisão para participação nos lucros: Mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual. h) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. i) Provisão para reestruturação: Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da Companhia. **3. Novos pronunciamentos contábeis:** As práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, aplicáveis a Companhia, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, conforme a seguir: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. **4. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixas e bancos	14.096	9.246	160.839	151.645
Equivalentes de caixa	192.368	307.351	229.200	334.891
Caixa e equivalentes de caixa	206.464	316.597	390.039	486.536
Títulos e valores mobiliários	8.573	5.622	8.573	5.622
Aplicações financeiras vinculadas	169.637	57.113	169.688	57.163
	384.674	379.332	568.300	549.321
Total circulante	252.210	373.710	435.836	543.699
Caixa e bancos	14.096	9.246	160.839	151.645
Equivalentes de caixa	192.368	307.351	229.200	334.891
Aplicações financeiras vinculadas	45.746	57.113	45.797	57.163
Total não circulante	132.464	5.622	132.464	5.622
Títulos e valores mobiliários	8.573	5.622	8.573	5.622
Aplicações financeiras vinculadas	123.891	-	123.891	-

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, aplicações em certificados de depósitos bancários (CDBs) pós-fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e remuneradas com base em percentuais da variação do certificado de depósito interbancário (CDI). A remuneração média dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de 100,2% a.a. do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (102,2% a.a. do CDI exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Os títulos e valores mobiliários se refere à aplicação no Fundo de Investimento em Participações Criatec III, que tem como finalidade capitalizar as micro e pequenas empresas inovadoras. Este ativo financeiro é mensurado e contabilizado com base no seu valor justo e o ganho ou perda resultante da modificação valor justo das cotas que a Companhia possui é registrada no resultado do exercício no momento em que elas ocorrem. As aplicações financeiras referentes aos contratos de empréstimos descritos na Nota 12 (quadros a.8 e a.13) são em CDBs, remunerados em 100% da taxa CDI e o montante total é de R$32.215. As aplicações financeiras referente a 8ª emissão de debêntures descrito na Nota 12 (quadros c.2 e c.3) são em fundo de investimento referenciado (CDI FICFI), remunerados a uma média de 4,40% nos últimos doze meses e o montante atualizado é de R$137.421 e outras aplicações financeiras vinculadas no consolidado no montante de R$52. Os resgates poderão ser realizados mediante a quitação dos empréstimos e a segregação entre curto e longo prazo se deu através da avaliação do direito incondicional de resgatar os valores aplicados. **5. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	178.474	166.765	528.654	460.545
Provisão para perdas sobre créditos	(20.548)	(20.207)	(94.182)	(78.720)
Total	157.926	146.558	434.472	381.825
Total circulante	152.323	139.224	428.869	358.162
Total não circulante	5.603	7.334	5.603	23.663

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, controladora e consolidado, que compreendem um valor a receber de um cliente específico, no montante de R$3.817 (R$3.817 em 31 de dezembro de 2020) devido a retenções promovidas, unilateralmente, no âmbito dos contratos firmados entre as partes e o montante de R$1.786 (R$3.517 em 31 de dezembro de 2020) referente a um cliente em fase de recuperação judicial que a Administração conclui como sendo provável o recebimento desses valores no contexto do plano de recuperação judicial aprovado pelos seus credores. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do saldo de contas a receber, por prazo de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	112.093	111.474	291.712	272.996
Vencidos				
Até 30 dias	23.457	21.601	62.607	44.935
De 31 a 90 dias	3.900	6.540	19.129	21.932
De 91 a 120 dias	844	1.201	22.333	22.390
De 121 a 180 dias	1.568	605	9.718	7.991
De 181 a 365 dias	13.362	14.977	19.517	24.457
Acima 365 dias	23.250	10.367	103.638	65.844
Total vencidos	66.381	55.291	236.942	187.549
Total	178.474	166.765	528.654	460.545

Em 31 de dezembro de 2021, parte do saldo consolidado vencido no montante de R$130.976 é proveniente das controladas estrangeiras situadas na Espanha, EUA, Dinamarca, México, Colômbia e China (R$107.032 em 31 de dezembro de 2020) e, portanto, sujeitas à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas funcionais dessas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação do saldo de provisão para perda sobre créditos, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.207)	(78.720)
Adições	(16.621)	(38.355)
Reversões	16.280	25.689
Ajustes de conversão	-	(2.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.548)	(94.182)

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e utiliza inicialmente como premissa o histórico de recebimentos e negociações desses clientes a fim de cobrir possíveis riscos. Adicionalmente, a provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa também é calculada considerando aspectos qualitativos para mensurar a perda estimada para os próximos 12 meses e/ou por toda vida útil do ativo dependendo do risco na data de reporte. Esses aspectos levam em consideração o histórico de perdas e uma avaliação individual adicional do risco de créditos dos seus clientes divulgados pelas agências de classificação de risco atrelado a cada país e/ou região, onde as empresas do Grupo operam. A Administração utiliza um *rating* de consulta pública divulgado pelas agências de classificação de crédito para mensurar a exposição dos seus clientes visando obter a mais adequada avaliação do seu risco e consequentemente o registro de sua provisão, independentemente de os saldos estarem vencidos ou não. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que os montantes provisionados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Valid Espanha apresentava saldo de R$38.714 vencido há mais de 90 dias (R$42.043 em 31 de dezembro de 2020), sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$35.928 (R$32.765 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Interprint apresentava saldo de R$23.664 vencido há mais de 90 dias (R$6.708 em 31 de dezembro de 2020), sobre o qual foi constituída provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$17.079 (R$1.638 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de R$39.024 na controladora e R$155.206 no consolidado (R$27.150 e R$120.682 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente), sendo que desse montante os saldos sem provisão para perda sobre créditos constituída eram de R$18.476 na controladora e R$61.024 no consolidado (R$6.943 e R$41.962 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

6. Tributos: a) Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CSLL a recuperar (1)	32.410	19.982	52.236	35.429
ICMS a recuperar	620	1.071	14.772	17.628
IPI a recuperar (2)	36.198	30.303	36.757	30.994
Impostos federais retidos por clientes	-	-	4.767	3.684
INSS a recuperar	3.761	1.019	3.965	1.019
PIS e COFINS a recuperar (3)	19.891	-	49.523	-
Outros	1.440	3.060	2.251	4.180
Total impostos a recuperar	94.320	55.435	164.271	92.934
Total circulante	42.122	33.879	82.647	71.051
Total não circulante	52.198	21.556	81.624	21.883

(1) Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, ao imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas. (2) O saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, se refere a créditos que a Companhia tem expectativa de realizar através de compensação com outros tributos federais ou pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R$25.253 e aguarda posição do órgão federal. (3) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, no Recurso Extraordinário ("RE") nº 574.706, o Tema 69 de repercussão geral, para definir que "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins". Contudo, estavam pendentes de julgamento os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") que, além da reforma da decisão, visavam o esclarecimento sobre a base de cálculo do indébito e o deferimento da modulação dos seus efeitos. Nesse sentido, na sessão do dia 20 de maio de 2021, o STF julgou os referidos Embargos, acolhendo-os parcialmente apenas para modular os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, cuja produção haverá de se dar após 15 de março de 2017 — data que foi julgado o RE nº 574.706 e fixada a tese com repercussão geral —, ressalvadas as ações judiciais e procedimentos administrativos protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. Também se reiterou que o ICMS destacado nas notas fiscais que não compõe a base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Companhia e sua controlada Interprint possuem ações ajuizadas antes de 15 de março de 2017 e, assim, não serão atingidas pela modulação acatada pelo STF. Adicionalmente, com a decisão do STF com repercussão geral, a Administração avalia que o ressarcimento dos valores pagos a maior relativos aos créditos tributários mencionados acima será uma questão temporal, mesmo que as empresas do Grupo que possuem créditos dessa natureza ainda não possuírem o trânsito e julgado em suas ações. A Administração entende que a realização dos valores é altamente provável e, consequentemente apurou o montante a recuperar através de suas bases históricas e efetuou o registro do crédito no montante de R$48.315, incluindo atualizações monetárias. Como ainda não é possível estimar a data de quando ocorrerá o trânsito e julgado das ações, os montantes foram registrados no ativo não circulante. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos (ativo e passivo) e suas movimentações estão apresentados a seguir:

Controladora	2020	Resultado IR/CSLL diferidos	Ativos e passivos IR/CSLL diferidos	2021
Aluguel de máquinas e equipamentos	273	(72)	-	201
Comissões a pagar	1.693	(1.127)	-	566
Honorários advocatícios	878	191	-	1.069
Prejuízo fiscal	13.434	(5.357)	-	8.077
Provisões com contingências	4.473	8.247	-	12.720
Provisões de frete	108	(78)	-	30
Provisões devedores duvidosos	6.624	116	-	6.740
Provisões para obsolescência de equipamentos	3.212	(135)	-	3.077
Provisões para PLR	241	6.550	-	6.791
Provisões *royalties*	612	146	-	758
Opções de outorgas reconhecidas	-	1.292	-	1.292
Impairment	-	1.510	-	1.510
Outras adições temporárias	5.302	1.720	-	7.022
Total de impostos diferidos ativos	36.850	13.003	-	49.853
Créditos e atualizações financeiras de PIS e COFINS sobre ICMS	-	(3.203)	-	(3.203)
IR/CSLL diferido sobre mais valia sobre ativos	(5.010)	15	(347)	(5.342)
Total de Impostos diferidos passivos	(5.010)	(3.188)	(347)	(8.545)
Total impostos diferidos	31.840	9.815	(347)	41.308

Consolidado	2020	Resultado IR/CSLL diferidos	Variação cambial/ correção monetária	2021
Aluguel de máquinas e equipamentos	286	(85)	-	201
Comissões a pagar	2.237	(1.203)	-	1.034
Custo de transição na aquisição de empresas	2.910	(378)	202	2.734
Despesas financeiras com empréstimos (1)	1.842	444	(70)	2.216
Honorários advocatícios	878	191	-	1.069
Prejuízo fiscal	80.875	(3.621)	4.859	82.113
Provisões com contingências	6.066	8.034	(12)	14.088
Provisões de férias	2.546	(48)	186	2.684
Provisões de frete	108	(78)	-	30
Provisões devedores duvidosos	10.982	4.171	24	15.177
Provisões para obsolescência de equipamentos	5.492	135	81	5.708
Provisões para PLR	241	7.312	-	7.553
Provisões para reestruturação (2)	1.029	(508)	59	580
Provisões royalties	612	146	-	758
Outras adições temporárias	8.107	7.668	(253)	15.522
Opções de outorgas reconhecidas	-	1.292	-	1.292
UNICAP USA	1.653	(270)	113	1.496
Instrumentos financeiros (*hedge*)	1.850	2.749	(42)	4.557
Receita diferida USA	2.368	(2.072)	30	326
Impairment	11.272	3.436	847	15.555
Total de impostos diferidos ativos	141.354	27.315	6.024	174.693
Amortização fiscal do ágio dedutível	(56.726)	(717)	(1.521)	(58.964)
Créditos e atualizações financeiras de PIS e COFINS sobre ICMS	-	(7.322)	-	(7.322)
Diferença depreciação CPC 27 (3)	(12.363)	(5.709)	(989)	(19.061)
Ajuste por inflação Valid Argentina	(3.497)	(1.003)	469	(4.031)
IR/CSLL diferido sobre mais-valia sobre ativos	(8.261)	1.031	-	(7.230)
Outros	(889)	-	-	(889)
Total de impostos diferidos passivos	(81.736)	(13.720)	(2.041)	(97.497)
Total impostos diferidos	59.618	13.595	3.983	77.196

(1) Refere-se à constituição de imposto de renda diferidos ativo na controlada Valid USA sobre as despesas com juros da dívida devido à indedutibilidade temporal por conta da regra de "*thin capitalization*" determinada pela legislação americana. Tais despesas de juros podem ser utilizadas no futuro. (2) Refere-se à constituição do imposto diferido ativo na reestruturação de plantas fabris nos Estados Unidos e Brasil, conforme comentado na Nota 20. (3) Refere-se à diferença do reconhecimento da despesa com depreciação pela capacidade de uso contra a vida útil fiscal. As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros. O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária, conforme previsto pelo CPC 32 (IAS 12). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia efetuou, para fins de apresentação em suas informações contábeis intermediárias, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes à mesma entidade jurídica da seguinte forma:

2021	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total líquido	Total ativos fiscais	Total passivos fiscais
Valid	49.853	(8.545)	41.308	41.308	-
Interprint	9.483	(39.970)	(30.487)	-	(30.487)
Valid Certificadora	3.953	-	3.953	3.953	-
Nexitera	286	-	286	286	-
BluPay	2.638	-	2.638	2.638	-
Serbet	1.215	-	1.215	1.215	-
Guaratinguetá Consórcio	3	-	3	3	-
Alpdex	94	-	94	94	-
Valid Hub	61	-	61	61	-
Mitra	81	(448)	(367)	-	(367)
Valid Espanha	5.154	-	5.154	5.154	-
Valid USA Consolidado	92.663	(33.650)	59.013	59.013	-
Valid A/S Consolidado	1.815	(5.722)	(3.907)	-	(3.907)
Valid Argentina	5.449	(4.031)	1.418	1.418	-
Valid Uruguai	63	-	63	63	-
Valid Sucursal	-	(294)	(294)	-	(294)
Valid México	327	-	327	327	-
Valid Nigéria	1.555	(1.580)	(25)	-	(25)
IR/CSLL de não controladores (*)	-	(3.257)	(3.257)	-	(3.257)
Total	174.693	(97.497)	77.196	115.533	(38.337)

(*) IR/CSLL sobre mais valia de ativos por conta das aquisições de empresas que tem participação acionária de não controladores.

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total líquido	Total dos ativos fiscais	Total dos passivos fiscais
Valid	36.850	(5.010)	31.840	31.840	-
Interprint	1.771	(35.852)	(34.081)	-	(34.081)
Valid Certificadora	4.793	-	4.793	4.793	-
Nexitera	293	-	293	293	-
BluPay	1.417	-	1.417	1.417	-
Serbet	205	-	205	205	-
Valid Hub	131	-	131	131	-
Valid Espanha	3.105	-	3.105	3.105	-
Valid USA Consolidado	78.106	(15.746)	62.360	62.360	-
Valid A/S Consolidado	577	(5.034)	(4.457)	-	(4.457)
Valid Argentina	3.023	(3.497)	(474)	-	(474)
Valid Uruguai	57	-	57	57	-
Valid Sucursal	63	(326)	(263)	-	(263)
Valid México	264	-	264	264	-
Valid Nigéria	-	(1.561)	(1.561)	-	(1.561)
IR/CSLL de não controladores	-	(4.011)	(4.011)	-	(4.011)
Total	130.655	(71.037)	59.618	104.465	(44.847)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, suportados por orçamentos aprovados pela Administração da Companhia:

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Exercício corrente + 1 anos	30.446	49.857
Exercício corrente + 2 anos	6.310	15.265
Exercício corrente + 3 anos	6.309	11.824
Exercício corrente + 4 anos	-	3.162
Exercício corrente + 5 anos	-	7.580
Exercício corrente + acima de 5 anos até 2030	6.788	87.005
Total	49.853	174.693

c) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CSLL a recolher	-	-	3.156	2.961
ICMS a recolher	1.220	461	2.969	19.745
ISS a recolher	3.168	3.443	14.947	9.482
COFINS a recolher	1.269	81	3.073	1.047
PIS a recolher	171	13	509	187
INSS retido de clientes	4.514	2.946	4.525	2.957
Outros	477	561	1.401	3.557
Total Impostos a recolher	10.819	7.505	30.580	39.936
Total circulante	10.368	7.505	29.335	39.936
Total não circulante	451	-	1.245	-

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes IR/CSLL	53.676	(212.056)	67.532	(194.501)
Alíquota efetiva de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	18.250	(72.099)	22.961	(66.130)
Adições				
Lucro no exterior	5.008	6.417	5.918	6.879
Preço de transferência	286	514	286	514
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	4.650	64.066
Outras despesas	226	7	300	305
Opções de outorgas reconhecidas	1.493	-	1.493	-
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	1.328	2.684
Equivalência patrimonial	-	56.351	894	-
Exclusões				
Juros sobre capital próprio	(7.869)	-	(7.869)	-
Incentivos fiscais	(480)	(13)	(802)	(125)
Ajuste a valor presente	(84)	-	(540)	-
Equivalência patrimonial	(9.194)	-	-	(272)
Provisão para perda sobre créditos	(158)	-	(158)	-
Parcela isenta do adicional	(24)	(24)	(93)	(76)
Outras exclusões líquidas	(939)	(754)	(678)	-
Receita de reconhecimento-diferimento IFRS 15	-	-	(12)	(235)
Crédito presumido de ICMS	(1.324)	-	(1.324)	-
Atualização monetária não sujeita a tributação de IR e CSLL (1)	(11.202)	-	(16.739)	-
Diferença de alíquota lucro presumido	-	-	-	(462)
IR e CSLL debitadas ao resultado do exercício	(6.011)	(9.601)	9.615	7.148
Alíquota efetiva IR/CSLL	(11,20%)	4,53%	14,24%	(3,.68%)
IR/CSLL corrente	3.804	709	23.210	9.096
IR/CSLL diferidos	(9.815)	(10.310)	(13.595)	(1.948)
Total IR/CSLL corrente e diferido	(6.011)	(9.601)	9.615	7.148

(1) Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito. Neste julgamento foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre atualização monetária recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Considerando que a decisão possui repercussão geral, ela afeta todos os processos em cortes inferiores que julgam o mesmo tema. Consequentemente, a Companhia apurou. Em 23 de setembro de 2021, a Companhia interpretou mandado de segurança objetivando o reconhecimento da não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores de atualização monetária, dentre eles a SELIC, aplicados sobre repetições de indébito tributário em que houve ganho de causa em favor da Companhia. Diante deste cenário, na medida em que há probabilidade de êxito a favor da Companhia em decorrência da decisão do STF, e com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e ICPC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributo sobre o Lucro, a Companhia procedeu o registro de R$11.202 na controladora e R$16.739 no consolidado. Os referidos créditos foram na linha de impostos de renda e contribuição social e/ou diferidos em contra partida no montante de tributos a recuperar e/ou imposto de renda diferido passivo. **7. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima	79.773	69.965	218.924	201.317
Produtos em processo	39.734	26.796	67.522	42.471
Peças e materiais de reposição	4.532	3.284	5.360	4.268
Produtos para revenda	1.195	-	23.936	19.434
Provisão para perdas de estoques	-	(2.598)	(10.239)	(11.237)
	125.234	97.447	305.503	256.253
Adiantamentos a fornecedores	9.001	8.024	17.763	13.761
Total estoques	134.235	105.471	323.266	270.014

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais trabalhistas	5.032	6.765	5.563	7.226
Depósitos judiciais tributários	2.214	2.210	2.306	2.210
Depósitos judiciais cíveis	11.532	11.614	11.630	11.730
Depósitos judiciais criminais	21.705	-	21.705	-
Total depósitos judiciais	40.483	20.589	41.204	21.166

Os valores individualmente mais representativos, depositados judicialmente pela Companhia, estão detalhados a seguir: • Em dezembro de 2021, foi deflagrada uma operação por parte da Polícia Federal a fim de apurar eventuais irregularidades na licitação para impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) relacionada ao período de 2010 a 2019, tendo sido executados mandados de busca e apreensão nas unidades fabris da Companhia. Em decorrência do inquérito policial atrelado a essa operação, a Companhia sofreu sequestro de bens como resultado do cumprimento da medida cautelar e decisão proferida pela 10ª Vara Federal Criminal, no montante total de R$21.705. Subsequentemente, referido montante depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2021 foi substituído por seguro garantia, sendo tais recursos liberados para compor as disponibilidades da Companhia. Até a presente data, a Companhia não foi indiciada e tampouco intimada a prestar informações adicionais e/ou declarações como parte do referido inquérito policial. • Em 8 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R$6.646 referente a processo de natureza cível que possui expectativa de perda possível, e que tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações relacionada à obtenção da suspensão de exigibilidade de multa imposta à Companhia em processo administrativo por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido e possui probabilidade de perda classificada como possível (Nota 13, item b). Em 31 de dezembro de 2021, o depósito judicial possui o montante atualizado de R$11.245 (R$11.327 em 31 de dezembro de 2020). **9. Investimentos:** Informações contábeis: Em 31 de dezembro de 2021, as principais informações contábeis das empresas controladas diretamente e indiretamente estão demonstradas a seguir:

Controladas (1)	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Valid Par	559	6	553	(22)
Valid Argentina (2)	69.685	50.224	19.461	(4.002)
Valid Sucursal	52.448	31.293	21.155	6.876
BluPay	7.142	973	6.169	(2.371)
Serbet (3)	26.734	16.041	10.693	(1.888)
Alpdex (3)	2.134	1.652	482	(182)
Valid Hub (3)	3.642	533	3.109	564
Mitra (3)	9.696	6.128	3.568	713
Interprint	252.590	57.309	195.281	22.146
Valid Certificadora	35.450	8.762	26.688	3.213
Valid México	31.457	20.091	11.366	1.276
Valid Uruguai	3.459	737	2.722	747
Tress (4)	-	-	-	(1.050)
Nexitera	4.711	2.341	2.370	(2.858)
Guaratinguetá Consórcio	1.653	1.599	54	144
Valid Espanha	1.155.039	623.624	531.415	4.679
Valid Beijing	6.675	2.284	4.391	(5.268)
Valid Nigéria (3)	33.905	29.083	4.822	(3.787)
Valid USA (consolidado)	618.493	329.598	288.895	19.972
Valid A/S (consolidado)	262.798	76.450	186.348	19.832

(1) Considera 100% dos saldos das controladas, independentemente do percentual de participação detido pela Companhia nessas empresas. (2) A controlada Interprint detém 1,7% de participação da Valid Argentina. (3) A Companhia não detém 100% de participação acionária. Os percentuais estão demonstrados na Nota 2.3. (4) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em 30 de setembro de 2021, a Tress foi incorporada pela controlada Interprint.

2020

Controladora

Investimentos	2020	Adição	Aquisição de participação de não controladores	Equivalência patrimonial	Ajuste por inflação pelo IAS 29	Variação cambial	Reserva reflexa	Amortização	2021
Controladas									
Valid Par	575	-	-	(22)	-	-	-	-	553
Valid Argentina	16.908	-	-	(3.934)	8.421	(2.272)	-	-	19.123
Valid Sucursal	15.962	-	-	6.876	-	(1.683)	-	-	21.155
Interprint	172.467	-	-	22.146	150	563	(45)	-	195.281
Valid Espanha	472.124	-	-	4.679	-	51.042	3.570	-	531.415
BluPay	(437)	9.294	(317)	(2.371)	-	-	-	-	6.169
Serbet	7.114	2.200	-	(944)	-	-	(23)	-	8.347
Alpdex	331	-	-	(91)	-	-	-	-	240
Valid Hub	1.527	-	-	338	-	-	-	-	1.865
Mitra	1.456	-	-	364	-	-	-	-	1.820
Total investimento	688.027	11.494	(317)	27.041	8.571	47.650	3.502	-	785.968
Ágio									
Valid Argentina	919	-	-	-	-	(111)	-	-	808
Valid Espanha	78.469	-	-	-	-	(701)	-	-	77.768
BluPay	1.413	-	1.023	-	-	-	-	-	2.436
Serbet	13.996	-	-	-	-	-	-	-	13.996
Mitra	7.357	-	-	-	-	-	-	-	7.357
Mais-valia de tecnologia	11.553	-	1.022	-	-	-	-	(1.678)	10.897
Mais-valia de carteira de clientes	885	-	-	-	-	-	-	(95)	790
Total ágio	114.592	-	2.045	-	-	(812)	-	(1.773)	114.052
Total	802.619	11.494	1.728	27.041	8.571	46.838	3.502	(1.773)	900.020

Consolidado

Investimentos	2020	Equivalência Patrimonial	Variação cambial	Reserva reflexa	2021
Controladas					
Cubic	6.603	(1.141)	(61)	2.711	8.112
VCMC	2.641	(1.487)	(46)	-	1.108
Total investimento	9.244	(2.628)	(107)	2.711	9.220
Ágio					
Cubic	53.627	-	(478)	-	53.149
Total ágio	53.627	-	(478)	-	53.149
Total	62.871	(2.628)	(585)	2.711	62.369

Os eventos societários relacionados aos investimentos da Companhia e de suas controladas, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão detalhados a seguir:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em reais
BluPay (a)	Aumento de participação	Reunião dos sócios	R$2.100	R$2.100
BluPay (b)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$6.904	R$6.154
BluPay (b)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$2.390	R$2.390
Nexitera (c)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$8.908	R$8.908
Nexitera (c)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$1.070	R$1.070
Valid Beijing (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$500	R$2.691
Valid Beijing (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$300	R$1.478
Valid Beijing (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$300	R$1.693
Valid Beijing (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$120	R$686
Valid Beijing (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$399	R$2.096
Valid USA (e)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$7.000	R$35.466
Valid Nigéria (f)	Pagamento de dividendos	Reunião dos sócios	US$1.049	R$5.277
Valid A/S (g)	Pagamento de dividendos	Reunião dos sócios	US$76	R$434
Serbet (h)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$4.400	R$4.400

(a) Aumento de participação na BluPay: Em 25 de março de 2021, a Controladora adquiriu 42% de participação acionária sobre a empresa BluPay Tecnologia de Dados S/A, ("BluPay") pelo montante de R$2.100, obtendo após esta transação os 100% de participação acionária. (b) Aumento de capital na BluPay: Em 29 de abril de 2021, foi aprovado em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) o aumento de capital na BluPay no montante de R$6.904 através da emissão de 6.904.267 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Deste montante, R$6.154 foi mediante a conversão de mútuo em participação acionária. Em 23 de dezembro de 2021 foi aprovado em reunião com os sócios o aumento de capital na BluPay no montante de R$2.390 mediante a emissão de 2.390.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (c) Aumento de capital na Nexitera: Em 04 de maio de 2021, a controlada Interprint realizou o aumento de capital na Nexitera mediante a conversão de mútuo em participação acionária no montante de R$8.908 através de emissão de 8.907.595 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Interprint realizou o aumento de capital na Nexitera no montante de R$1.070 através de emissão de 1.070.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (d) Aumento de capital na Valid Beijing: Em 27 de janeiro de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$500 (equivalente a R$2.691 na data da transação). Em 24 de junho de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$300 (equivalente a R$1.478 na data da transação). Em 06 de agosto de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$399 (equivalente a R$2.096 na data da transação). Em 21 de outubro de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$300 (equivalente a R$1.693 na data da transação). Em 15 de dezembro de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$120 (Equivalentes à R$686 na data da transação). (e) Aumento de capital na Valid USA: Em 03 de junho de 2021, a controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no montante de US$7.000 (equivalente a R$35.466 na data da transação). (f) Pagamento de dividendos na Valid Nigéria: Em 29 de junho de 2021, a Valid Nigéria realizou pagamento de dividendos no montante de US$1.049 (equivalente a R$5.277 na data da transação), sendo US$734 (equivalentes a R$3.694 na data da transação) destinados para a Valid Espanha e US$315 (equivalentes a R$1.584 na data da transação) destinados ao sócio não controlador. (g) Pagamento de dividendos na Valid A/S: Em 23 de dezembro de 2021, a Valid A/S realizou pagamento de dividendos no montante de US$76 (equivalente a R$434 na data da transação) destinados ao sócio não controlador da empresa Valid South Africa. (h) Aumento de capital na Serbet: Em 31 de dezembro de 2021, houve um aumento de capital na Serbet no montante de R$4.400 através de emissão de 4.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, onde a Controladora realizou o aporte de R$2.200 e os sócios não controladores o montante de R$2.200. Em adição aos eventos acima destacados ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacamos os eventos societários a seguir, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas informações contábeis:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R$
Valid Taiwan	Aumento de participação	Reunião dos sócios	US$796 mil	3.289
Valid Espanha	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$7.000 mil	29.860
Nexitera	Aumento de participação	Reunião dos sócios	R$1.500 mil	1.500
Nexitera	Aumento de participação	Reunião dos sócios	R$0,01	0,01
Serbet e Alpdex	Aquisição da Serbet e Alpdex	Reunião dos sócios	R$10.000 mil	10.000
Valid Indonésia	Aumento de participação	Reunião dos sócios	US$1	5
Valid Hub	Constituição da Valid Hub	Reunião dos sócios	R$1.680	1.680
Mitra	Aquisição da Mitra	Reunião dos sócios	R$12.500	12.500
BluPay	Aquisição da BluPay - após o laudo	Reunião dos sócios	R$3.900	3.900
Valid Espanha	Pagamento de dividendos	Reunião dos sócios	US$4.000	20.840
Interprint	Pagamento de dividendos	Reunião dos sócios	R$70.000	70.000
Serbet	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$6.000	6.000
Mitra	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$4.000	4.000
URAM	Alienação de controladas	Reunião dos sócios	US$50	258
Inemator	Alienação de controladas	Reunião dos sócios	US$15	76

10. Intangível: A movimentação dos saldos do intangível, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada como segue:

Controladora	2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	2021
Vida útil definida	33.304	15.808			(90)	49.022
Software	33.304	15.808	(6.018)	(6.119)	(90)	36.885
Vida Útil Definida	33.304	15.808	(6.018)	(6.119)	(90)	36.885
Vida útil indefinida	-	-	-	-	-	
Ágios						
Trust	3.647	-	-	-	-	3.647
Total Intangível	36.951	15.808	(6.018)	(6.119)	(90)	40.532

Consolidado	2020	Adição	Baixa	Amortização	Variação cambial	Transferência	2021
Vida útil definida							
Software	265.453	48.411	(6.363)	(57.605)	9.010	(1.519)	257.387
Carteira de clientes	23.054	-	-	(5.562)	1.243	(1.629)	17.106
Direito de uso (1)	1.023	15.051	-	(2.596)	-	1.612	15.090
Marcas e patentes	1.311	-	-	-	97	-	1.408
Licença certificação digital	56	-	-	(10)	-	-	46
Total vida útil definida	290.897	63.462	(6.363)	(65.773)	10.350	(1.536)	291.037
Vida útil indefinida	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	19.228	-	-	-	1.420	-	20.648
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Ágios							
Trust	3.647	-	-	-	-	-	3.647
Argentina	969	-	-	-	(118)	-	851
Interprint	103.793	-	-	-	-	-	103.793
Nexitera	2.851	-	-	-	-	-	2.851
Espanha	78.468	-	-	-	(700)	-	77.768
Valid USA	77.400	-	-	-	5.717	-	83.117
Valid A/S	247.503	-	-	-	18.279	-	265.782
Blu Pay	2.436	-	-	-	-	-	2.436
Serbet	27.992	-	-	-	-	-	27.992
Mitra	14.426	-	-	-	-	-	14.426
Total vida útil indefinida	579.213	-	-	-	24.598	-	603.811
Total intangível	870.110	63.462	(6.363)	(65.773)	34.948	(1.536)	894.848

(1) O valor demonstrado na linha de direito de uso refere-se basicamente as outorgas para concessão para exploração da atividade de estacionamento digital.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados, principalmente, por carteira de clientes, direitos de utilização de *software*, sendo amortizados às taxas médias de 16,3% e 21,9% a.a., respectivamente, com base nas vidas úteis estimadas ou prazos de licença (aplicável para direitos de utilização de *software*); licença de certificação digital e marcas e patentes sendo amortizados à taxa média de 10% e 33,3% a.a., respectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida referem-se, principalmente, aos ágios gerados nas aquisições de controladas. Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez por ano ou quando houver indicativos, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura através da avaliação do valor em uso, em que os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da "Unidade Geradora de Caixa ("UGC" ou "UGCs")". O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 (CPC 22). A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou quando ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia e suas controladas acreditam que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e suas controladas diretas ou indiretas e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves, sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas controladas. O mesmo é preparado por país e/ou negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação do grupo, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos do grupo; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos cinco anos, com base nos resultados esperados pelo grupo com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de cinco anos ou mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia e de suas controladas. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CPMC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela a seguir. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco país de cada investida, determinado pela Administração local e Brasil, em conjunto.

	UGC (localidade)	Taxa média de crescimento	Taxa de desconto (1)	Taxa de crescimento na perpetuidade	Ativos líquidos em 2021
Trust Selos	Brasil	8%	13,4%	2%	R$16.913
Interprint	Brasil	4%	13,4%	2%	R$142.433
Nexitera	Brasil	35%	13,4%	2%	R$4.879
Mitra	Brasil	34%	13,4%	2%	R$17.281
Serbet	Brasil	18%	13,4%	2%	R$36.839
BluPay	Brasil	109%	13,4%	2%	R$11.712
Valid Argentina	Argentina	0%	24,5%	1%	US$4.873
Mobile	Global	5%	6,1%	3%	US$116.749
Screencheck	EUA	18%	9,1%	3%	US$11.506
MSC	EUA	13%	8,9%	3%	US$12.594

(1) Pelos critérios constantes no IAS 36 (CPC 01 (R1)), a taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Adicionalmente, a taxa de desconto também precisa refletir os riscos específicos do ativo e o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo de ocorrência e perfil de risco equivalentes àqueles que uma entidade espera que advenham do ativo em questão. A taxa de desconto deve ser estimada a partir de taxas implícitas em transações correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de Companhia aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob revisão. Entretanto, a taxa de desconto (ou taxas) utilizada para mensurar o valor em uso do ativo não deve refletir os riscos para os quais os fluxos de caixa futuros estimados tenham sido ajustados. De outro modo, o efeito de algumas premissas será levado em consideração em duplicidade. Por fim, quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado, a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto. Nesse sentido, a Administração da Companhia utilizou a metodologia de custo médio ponderado do capital ("WACC" sigla em inglês) para determinar a taxa de desconto (antes dos impostos) do fluxo de caixa projetado de cada unidade geradora de caixa acima descrita. Essa taxa indica o nível de atratividade mínima do investimento, ou seja, na prática ela considera o retorno que a Companhia espera ter nos investimentos. Os indicadores utilizados pela Administração da Companhia na determinação das taxas de desconto para cada unidade geradora de caixa estão descritos seguir: • Taxa livre de risco: foi determinado utilizando o rendimento dos títulos públicos atrelados aos países em que as operações estão localizadas. • Beta desalavancado: determinado utilizando a média do Beta desalavancado de empresas similares no mercado. • Risco de tamanho: determinado utilizando as características da operação e a maturidade da unidade geradora de caixa. • Risco do mercado: determinado utilizando as características operacionais de cada empresa (segmento), tais como: mercado de atuação, capacidade de conquista de novos clientes, características da demanda de serviços e vendas de produtos etc. Após as análises efetuadas a Administração da Companhia concluiu que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa, não havendo necessidade de reconhecimento, em 31 de dezembro de 2021, de uma provisão para perda a valor recuperável. **11. Imobilizado:**

Controladora	2020	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	Transferência	2021
Custo						
Terrenos (1)	3.732	-	-	-	(510)	3.222
Edificações (1)	98.903	-	(2.099)	-	(11.977)	84.827
Máquinas e equipamentos	221.073	10.606	(1.359)	396	7.274	237.990
Móveis e utensílios	18.423	816	-	-	1	19.240
Veículos	639	-	-	-	-	639
Equipamentos e processamento de dados	118.981	6.134	(260)	-	1.494	126.349
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.772	-	(15)	-	1.131	4.888
Imobilizado em andamento	2.971	5.225	(61)	-	(3.972)	4.163
Adiantamento a fornecedores	1.304	11.260	(58)	-	(6.001)	6.505
Direito de uso (IFRS 16)	13.890	12.905	(9.403)	-	-	17.392
Sub total custo	483.688	46.946	(13.255)	396	(12.560)	505.215
Depreciação						
Edificações	(42.894)	(5.598)	228	-	-	(48.264)
Máquinas e equipamentos	(138.071)	(8.121)	1.201	-	-	(144.991)
Móveis e utensílios	(11.684)	(1.561)	-	-	-	(13.245)
Veículos	(558)	(49)	-	-	-	(607)
Equipamentos e processamentos de dados	(92.202)	(9.556)	232	-	-	(101.526)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.741)	(33)	1	-	-	(3.773)
Direito de uso (IFRS 16)	(6.736)	(5.511)	9.952	-	-	(2.295)
Sub total depreciação	(295.886)	(30.429)	11.614	-	-	(314.701)
Total imobilizado líquido	187.802	16.517	(1.641)	396	(12.560)	190.514

(1) Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu pela venda de uma das fábricas de sua propriedade localizada em São Bernardo do Campo-SP, resultando, portanto, na classificação desse ativo como disponível para venda, mediante o atendimento dos seguintes critérios: (i) o imóvel está disponível para venda imediata podendo ser alienado em seu estado atual; (ii) a expectativa é de que até 31 de março de 2022 a alienação seja concluída; (iii) considerando os valores pelos quais a Companhia pretende realizar a venda, foi realizado uma redução ao valor recuperável no montante de R$4.442 na rubrica de ativos disponíveis para venda; (iv) a Companhia cessou a depreciação dos respectivos ativos; e (v) os valores do custo dos ativos, líquidos de depreciação e redução ao valor recuperável representam o montante de R$5.731 em 31 de dezembro de 2021. (2) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu pela venda de uma das fábricas de sua propriedade localizada no Caju-Rio de Janeiro/RJ, resultando, portanto, na classificação desse ativo como disponível para venda, mediante o atendimento dos seguintes critérios: (i) o imóvel está disponível para venda imediata podendo ser alienado em seu estado atual; (ii) a expectativa é de que até 31 de dezembro de 2022 a alienação seja concluída; (iii) considerando os valores pelos quais a Companhia pretende realizar a venda, não existe expectativa pela necessidade redução do valor recuperável; (iv) a Companhia cessou a depreciação dos respectivos ativos; e (v) os valores do custo dos ativos, líquidos de depreciação, representam o montante de R$2.478 em 31 de dezembro de 2021.

Consolidado	2020	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	IAS 29	Variação cambial	Transferência	2021
Custo								
Terrenos (1;2)	4.484	-	-	-	-	33	(837)	3.680
Edificações (1;2)	129.300	-	(4.681)	-	-	576	(21.241)	103.954
Máquinas e equipamentos	507.502	13.480	(27.086)	396	19.398	5.848	47.476	567.014
Móveis e utensílios	29.471	838	(144)	-	419	247	116	30.947
Veículos	2.228	60	(786)	-	159	(115)	12	1.558
Equipamentos e processamento de dados	194.355	8.617	(3.878)	-	3.702	204	3.825	206.825
Benfeitorias em imóveis de terceiros (1;2)	106.689	453	(1.860)	-	3.759	4.952	5.565	119.558
Imobilizado em andamento	28.707	29.284	(436)	-	44	1.484	(52.939)	6.144
Adiantamento a fornecedores	1.339	11.307	(58)	-	-	-	(6.071)	6.517
Direito de uso (IFRS 16)	162.858	19.278	(13.585)	-	1.266	9.125	-	178.942
Sub total custo	1.166.933	83.317	(52.514)	396	28.747	22.354	(24.094)	1.225.139
Sub total depreciação								
Edificações	(63.736)	(6.231)	1.134	-	-	(67)	-	(68.900)
Máquinas e equipamentos	(377.005)	(31.596)	27.668	-	(16.439)	(4.851)	-	(402.223)
Móveis e utensílios	(21.274)	(2.090)	123	-	(381)	(237)	-	(23.859)
Veículos	(2.010)	(121)	777	-	(170)	112	-	(1.412)
Equipamentos e processamentos de dados	(156.833)	(13.914)	3.071	-	(3.387)	(265)	-	(171.328)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(42.362)	(8.599)	1.198	-	(1.792)	(1.779)	-	(53.334)
Direito de Uso de IFRS 16	(56.768)	(24.842)	13.054	-	(1.179)	(3.094)	-	(72.829)
Sub total depreciação	(719.988)	(87.393)	47.025	-	(23.348)	(10.181)	-	(793.885)
Total imobilizado líquido	446.945	(4.076)	(5.489)	396	5.399	12.173	(24.094)	431.254

(1) Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu pela venda de uma das fábricas de sua propriedade localizada em São Bernardo do Campo-SP, resultando, portanto, na classificação desse ativo como disponível para venda, mediante o atendimento dos seguintes critérios: (i) o imóvel está disponível para venda imediata podendo ser alienado em seu estado atual; (ii) a expectativa é de que até 31 de março de 2022 a alienação seja concluída; (iii) considerando os valores pelos quais a Companhia pretende realizar a venda, foi realizado uma redução ao valor recuperável no montante de R$8.884 na rubrica de ativos disponíveis para venda; (iv) a Companhia cessou a depreciação dos respectivos ativos; e (v) os valores do custo dos ativos, líquidos de depreciação e redução ao valor recuperável representam o montante de R$12.001 em 31 de dezembro de 2021. (2) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu pela venda de uma das fábricas de sua propriedade localizada no Caju-Rio de Janeiro/RJ, resultando, portanto, na classificação desse ativo como disponível para venda, mediante o atendimento dos seguintes critérios: (i) o imóvel está disponível para venda imediata podendo ser alienado em seu estado atual; (ii) a expectativa é de que até 31 de dezembro de 2022 a alienação seja concluída; (iii) considerando os valores pelos quais a Companhia pretende realizar a venda, não existe expectativa pela necessidade redução do valor recuperável; (iv) a Companhia cessou a depreciação dos respectivos ativos; e (v) os valores do custo dos ativos, líquidos de depreciação, representam o montante de R$4.745 em 31 de dezembro de 2021. Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada desses ativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma revisão do investimento e plano de negócio na unidade de negócio de personalização de segurança nos Estados Unidos, no qual, em decorrência de menor eficiência operacional adicionada à redução do crescimento de receita esperada, constituiu uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no montante de R$17.736 (equivalente a US$3.447) nos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma revisão dos investimentos e planos de negócios na unidade de negócio de gráfica de segurança, na empresa Tress, que absorveu um impacto significativo decorrente da perda de receita atual e prospectiva, motivada substancialmente pela perda de um cliente importante para essa unidade geradora de caixa que está alocada no segmento de Identificação no Brasil. Como resultado, foi constituída uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no montante de R$2.835 referente ao ágio. Não foram identificados novos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos em 31 de dezembro de 2021. **12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar:** As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos (a.1)	Empréstimos (a.2)	Empréstimos (a.3)
Tomador	Valid USA	Valid Espanha	Valid USA
Banco	Banco do Brasil	Santander	HSBC
Valor total	US$14.000 mil	EUR 13.000 mil	US$12.000 mil
Data da captação	01/05/2019	13/11/2018	01/04/2019
Data de vencimento	27/04/2022	01/04/2022	31/03/2022
Data de quitação	-	-	-
Remuneração	Libor + 1,98% a.a.	2,42% a.a.	Libor + 3,50% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Motivo	Reforço de caixa e rolagem da dívida	Reforço de caixa e rolagem da dívida	Reforço de caixa e rolagem da dívida
Amortização do principal	Anual (a partir de maio de 2020)	Bullet (a partir de abril de 2022)	Anual (a partir de março de 2021)
Pagamento de juros	Trimestral (a partir de agosto/2019)	Anual (a partir de maio/2020)	Trimestral (a partir de setembro de 2019)
Saldo na moeda da dívida em 2021:	US$4.689 mil	EUR13.232 mil	US$4.054 mil
Saldo atualizado em 2021:	R$26.167	R$83.642	R$22.627

Descrição	Empréstimos (a.4)	Empréstimos (a.5)	Empréstimos (a.6)
Tomador	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid Espanha
Banco	Santander	Itaú BBA	Santander
Valor total	US$50.000 mil	US$38.888 mil	US$7.142 mil
Data da captação	02/06/2017	07/05/2020	15/05/2020
Data de vencimento	05/05/2022	22/04/2022	05/05/2022
Data da quitação	-	-	-
Remuneração	6,55% a.a.	6,20% a.a	6,05% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Motivo	Reforço de caixa e rolagem da dívida	Reforço de caixa e rolagem da dívida	Reforço de caixa e rolagem da dívida
Amortização do principal	Semestral (a partir de maio/2018)	Semestral (a partir de maio/2021)	Semestral (a partir de maio/2021)
Pagamento de juros	Semestral (a partir de novembro/2017)	Semestral (a partir de novembro/2020)	Semestral (a partir de maio/2021)
Saldo na moeda da dívida em 2021:	US$7.186mil	US$7.006mil	US$2.471mil
Saldo atualizado em 2021:	R$40.103	R$44.285	R$13.790

Descrição	Empréstimos (a.7)	Empréstimos (a.8)
Tomador	Valid USA	Valid S/A
Banco	Banco do Brasil	BTG
Valor total	US$4.667 mil	R$50.000
Data da captação	05/05/2020	16/04/2021
Data de vencimento	07/04/2022	13/07/2023
Data da quitação	-	-
Remuneração	Libor + 6,00% a.a.	CDI +4% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.
Motivo	Reforço de caixa e rolagem da dívida	Reforço de caixa
Amortização do principal	Anual (a partir de abril/2021)	Mensal após carência de 9 meses
Pagamento de juros	Trimestral (a partir de julho/2019)	Juros mensais - 10 meses e mensal, após carência
Saldo na moeda da dívida em 2021:	US$2.376	R$34.667
Saldo atualizado em 2021:	R$13.263	R$34.667

Descrição	Empréstimos (a.9)	Empréstimos (a.10)
Tomador	Valid S.A.	Valid S.A.
Banco	Bradesco	Banco do Brasil
Valor total	R$45.000	R$45.000
Data da captação	04/06/2020	17/06/2020
Data de vencimento	04/06/2022	17/06/2022
Data da quitação	-	-
Remuneração	CDI + 3,95% a.a.	CDI + 4,20% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.
Motivo	Rolagem da dívida	Rolagem da dívida
Amortização do principal	Mensal (A partir de outubro de 2020)	Anual
Pagamento de juros	Mensal (A partir de outubro de 2020)	Trimestrais (A partir de 04 de setembro de 2020)
Saldo na moeda da dívida em 2021:	R$13.112	R$18.945
Saldo atualizado em 2021:	R$13.112	R$18.945

Descrição	Empréstimos (a.11)	Empréstimos (a.12)
Tomador	Valid Espanha	Valid S.A.
Banco	Banco Santander	Safra
Valor total	US$7.142 mil	R$30.000
Data da captação	12/11/2020	12/03/2021
Data de vencimento	05/05/2022	12/03/2024
Data da quitação	-	-
Remuneração	6,13% a.a.	CDI + 3,99% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S/A
Motivo	Rolagem da dívida	Rolagem da dívida
Amortização do principal	Semestral (A partir de maio de 2021)	Carência de 10 meses (Trimestral a partir de 12 de janeiro de 2022)
Pagamento de juros	Semestral (A partir de maio de 2021)	Carência 3 meses (Trimestral a partir de 12 de junho de 2021)
Saldo na moeda do país de origem em 2021:	US$2.472	R$30.190
Saldo atualizado em R$ 2021:	R$13.797	R$30.190

Descrição	Empréstimos (a.13)	Empréstimos (a.14)
Tomador	Valid S.A.	Valid USA
Banco	CEF	HSBC
Valor total	R$70.000	R$4.000
Data da captação	31/03/2021	01/01/2021
Data de vencimento	30/03/2024	01/04/2022
Data da quitação	-	-
Remuneração	CDI + 0,22% a.m.	Libor + 2,64% a.a.
Garantia	Valid S/A	Valid S/A
Motivo	Rolagem da dívida	Capital de giro
Amortização do principal	Carência de 12 meses (Mensal a partir de abril 2022)	N/A
Pagamento de juros	Semestral durante o período de carência (Mensal a partir de abril 2022)	Mensal
Saldo na moeda do país de origem em 2021:	R$75.824	US$2.000
Saldo atualizado em R$ 2021:	R$75.824	R$11.161

Descrição	Debêntures (c.1)
Debêntures	7ª emissão-24/05/2018
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração em 21/05/2018
Quantidade	36.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	10.000
Valor total	360.000.000
Data de vencimento:	30/06/2023
Remuneração:	115%CDI
Pagamento de principal:	Anual
Pagamento de Juros:	Semestral
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Saldo atualizado em R$ 2021	R$180.449

Descrição	Debêntures (c.2)
Debêntures	8ª emissão- 1º Série
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração 05/05/2021
Quantidade	27.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	1.000
Valor total	27.000.000
Data de vencimento:	10/05/2024
Remuneração:	CDI + 3,85%
Pagamento de principal:	Trimestral a partir de fev/22
Pagamento de juros:	Trimestral a partir de nov/21
Espécie e série:	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em 2 séries
Saldo atualizado em R$ 2021	R$27.106

Descrição	Debêntures (c.3)
Debêntures	8ª emissão- 2º Série
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração 05/05/2021
Quantidade	503.700 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	1.000
Valor total	503.700.000
Data de vencimento:	10/05/2025
Remuneração:	CDI + 4,25%
Pagamento de principal:	Trimestral a partir de Maio/22
Pagamento de juros:	Semestral durante a carência e trimestral a partir de mai/22
Espécie e série:	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em 2 séries
Saldo atualizado em R$ 2021	R$505.922

a) Empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos	166.874	306.374	436.719	922.930
Financiamentos	-	-	11	146
Debêntures	713.477	268.902	713.477	268.902
Arrendamentos	16.078	7.636	116.415	116.107
Total	896.429	582.912	1.266.622	1.308.085
Circulante	323.805	364.149	446.267	756.600
Não circulante	572.624	218.763	820.355	551.485

Os empréstimos preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Companhia e suas controladas cumpriram adequadamente as cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2021. Abaixo, encontram-se descritas as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais dos empréstimos: • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a três; • EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75. Adicionalmente, a Valid USA e Valid Espanha estão restritas a: (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que seja aprovada pelos credores); (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa; (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra empresa, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão); (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, em que venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$676.806 (R$188.562 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo desse montante R$47.217 (R$35.580 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) a título de juros sobre empréstimos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos dos empréstimos estão assim resumidos:

Empréstimos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Principal	164.086	301.171	430.142	908.477
Juros	3.478	7.164	7.431	15.071
Outras obrigações	(690)	(1.961)	(854)	(618)
Total	166.874	306.374	436.719	922.930
Circulante	93.597	271.136	198.569	644.525
Não circulante	73.277	35.238	238.150	278.405

b) Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos a pagar dos financiamentos bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Financiamentos	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Principal	11	146
Juros	-	-
Total	11	146
Circulante	11	135
Não circulante	-	11

c) Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Principal	710.700	270.000	710.700	270.000
Juros	10.613	418	10.613	418
Outras obrigações	(7.836)	(1.516)	(7.836)	(1.516)
Total	713.477	268.902	713.477	268.902
Circulante	224.948	89.791	224.948	89.791
Não circulante	488.529	179.111	488.529	179.111

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os *covenants* financeiros das debêntures estão apresentados abaixo: • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a três; • EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75. Em 4 de junho de 2018, foi captado o montante de R$360.000 referente à 7ª emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo. Em 05 de maio de 2021, foi captado o montante de R$27.000 referente à 1ª série e em 10 de maio de 2021, foi captado o montante de R$503.700 referente à 2ª série da 8ª emissão de debêntures com o objetivo de reposição de caixa e equacionamento da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$122.597 (R$101.118 em 31 de dezembro de 2020), sendo deste montante R$32.597 (R$11.118 em 31 de dezembro de 2020) a título de juros sobre debêntures. d) Arrendamentos: A Companhia adotou o IFRS16 a partir de janeiro de 2019. A seguir, são demonstrados os pagamentos mínimos futuros devidos pela Companhia referentes aos seus arrendamentos e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	5.260	3.222	22.739	22.149
De 1 ano a 5 anos	10.818	4.414	93.676	61.176
Acima de 5 anos	-	-	-	32.782
Total	16.078	7.636	116.415	116.107

A seguir, o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não considera encargos futuros):

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	318.545	360.927	423.528	734.451
De 1 ano a 2 anos	311.693	124.792	476.482	351.953
De 2 anos a 3 anos	173.015	89.557	173.099	105.515
De 3 anos a 4 anos	77.098	-	77.098	59
Total	880.351	575.276	1.150.207	1.191.978

13. Provisões: A Companhia e suas controladas figuram como parte autora e parte ré em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e movimentação:

Controladora	2020	Provisões	Reversões	Pagamentos	2021
Trabalhistas	11.873	6.589	(4.559)	(2.166)	11.737
Tributárias	1.176	5.370	-	(1.711)	4.835
Cíveis, comerciais e outros	106	20.967	(215)	(20)	20.838
Total	13.155	32.926	(4.774)	(3.897)	37.410

Consolidado	2020	Provisões	Reversões	Pagamentos	Variação cambial	2021
Trabalhistas	14.385	7.328	(5.620)	(2.250)	(50)	13.793
Tributárias	3.429	8.630	(135)	(2.079)	179	10.024
Cíveis, comerciais e outros	811	21.160	(220)	(20)	-	21.731
Total	18.625	37.118	(5.975)	(4.349)	129	45.548

a) Provisões: Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo: *Processos trabalhistas:* • Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, adicionais, equiparação salarial, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações prováveis de maior representatividade totalizam o montante de R$5.539 (R$4.375 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e Consolidado. *Processos tributários:* • Ação anulatória de débito que representa uma contingência de R$1.250 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.176 em 31 de dezembro de 2020). O objeto da referida ação é o reconhecimento de que parte do débito exigido na Execução Fiscal nº 2005.51.01.511329-9, oriundo da exclusão do lucro real de valores de aplicações financeiras bloqueados pelo Plano Collor, foi compensado com crédito em favor da Companhia. • Ação declaratória que visava à suspensão da exigibilidade do crédito relativo à nova alíquota do Seguro Acidente de Trabalho - decorrente das alterações trazidas pelo Decreto 6.957/2009, por ilegalidade e inconstitucionalidade das alterações promovidas pelo referido decreto - e a revisão da graduação dos critérios e alíquotas do Riscos Ambientais do Trabalho e a metodologia de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção. A Companhia sucumbiu e, portanto, em 31 de dezembro de 2021 foi provisionado o montante de R$1.351 (R$1.265 em 31 de dezembro de 2020) referentes aos honorários de sucumbência. • Ação Anulatória de Débito Fiscal com Pedido de Tutela Provisória de Urgência Incidental, ajuizada para anular o lançamento tributário consubstanciado no AIIM n° 4.066.299-8, lavrado para exigir suposta dívida relativa à falta de recolhimento de ICMS no período compreendido entre janeiro de 2012 a dezembro de 2013, em razão da não inclusão do IPI na sua base de cálculo em vendas de cartões indutivos a empresas de telecomunicação. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$491 (R$988 em 31 de dezembro de 2020). • Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de obter a declaração de que a base de incidência das Contribuições destinadas a Terceiros está sujeita ao limite de 20 salários-mínimos, bem como do direito à repetição dos valores recolhidos "a maior". A liminar foi concedida à Companhia que optou por se beneficiar do direito ao abatimento concedido, motivo pelo qual concluiu por realizar o provisionamento dos valores da economia para em caso de revogação da liminar, a mesma possua os valores a serem devolvidos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$3.585 (R$0 em 31 de dezembro de 2020). *Processos cíveis:* • Ação que versa sobre a dissolução da sociedade com relação ao sócio retirado. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento do recurso de Agravo de Instrumento da parte contrária contra a decisão proferida na fase de liquidação que homologou o Laudo Pericial. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$758 (R$665 em 31 de dezembro de 2020). • Ação cível ajuizada contra a Companhia em 3 de fevereiro de 2004, cujo autor é um ex-representante comercial, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. Atualmente, o processo está aguardando julgamento no STJ. Em 16 abril de 2021, a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inadmitiu o recurso especial interposto pela Companhia contra o acórdão da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que julgou procedentes os pedidos formulados pelo autor. A Administração entende que devido aos fatos acima apresentados a probabilidade de perda dessa ação é provável a partir de 16 abril de 2021 e, consequentemente, efetuou o registro contábil de uma provisão no valor aproximado de R$20.440, que corresponde ao montante que está sendo negociado para fins de acordo com herdeiros. Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 16/03/2022 17:32
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1647376322afbdc2a80f824424b9c5a3901e21414c

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	50.535	43.799	58.041	46.868
Tributários	293.659	278.446	346.893	323.001
Cíveis, comerciais e outros	28.753	50.263	46.494	54.793
Criminal	21.705	-	21.705	-
Total	394.652	372.508	473.133	424.662

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas a seguir. b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível: *Processos tributários:* (I) Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"): a Companhia possui autuações lavradas, de 2010 a 2013, por autoridades fiscais federais sob o argumento de que os impressos personalizados produzidos pela Companhia deveriam ter uma classificação fiscal distinta daquela que foi adotada. De acordo com o código fiscal indicado pela Receita Federal, os materiais confeccionados pela Companhia estariam sujeitos à tributação pelo IPI, configurando-a, portanto, como devedora de IPI à União Federal. Ainda na mesma autuação, o Fisco utilizou os créditos de IPI (conforme descrito na Nota Explicativa nº 8), acumulados em razão da aquisição de insumos aplicados na confecção dos referidos impressos, para abater os débitos apurados, objetos das autuações. Ato contínuo, como consequência da amortização dos créditos de IPI com os débitos, o Fisco glosou declarações de compensação nas quais foram utilizados esses créditos. Por uma mudança na orientação financeira do tema, a Companhia deixou de compensar os créditos acumulados com outros tributos federais e passou a requerer o ressarcimento em moeda dos correspondentes valores. De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia considera a perda como possível e, dessa forma, deixa de constituir provisão. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2021, desses processos monta R$15.220 (R$15.146 em 31 de dezembro de 2020). (II) Auto de infração - arquivos eletrônicos fiscais: a Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a Companhia, em 2012 um auto de infração. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2021, desse processo é de R$14.118 (R$13.856 em 31 de dezembro de 2020), referente a multas por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais (GIA e EFD). A Companhia ingressou com ação judicial para anular o débito, que se encontra, atualmente, aguardando a remessa à Vara de origem em razão do trânsito em julgado do acórdão. Os valores apresentados acima representam a melhor estimativa da Companhia em 31 de dezembro de 2021. (III) IRPJ e CSLL: a Receita Federal lavrou, em 2013, auto de infração contra a controlada Interprint, no montante atualizado de R$32.512 em 31 de dezembro de 2021 (R$31.819 em 31 de dezembro de 2020), referente à suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na sua escrituração contábil. A Interprint teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs recurso voluntário, o qual foi provido. Ademais, recentemente o recurso especial interposto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional contra o provimento de recurso voluntário foi improvido. Aguarda-se, portanto, a manifestação da Procuradoria sobre a decisão favorável à Interprint. (IV) A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Companhia, cobrando supostos valores de ICMS desde janeiro de 2012 a dezembro de 2013, por entender ser exigível ICMS sobre (i) transferências entre estabelecimentos do mesmo titular; e (ii) saídas para outros estabelecimentos tributadas como prestação de serviço. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$110.872 (R$108.495 em 31 de dezembro de 2020). Em 19 de abril de 2017, o recurso da controladora foi julgado parcialmente procedente. Foram interpostos recursos especiais. Atualmente, aguarda-se o julgamento e tais recursos. (V) A Companhia ajuizou ação anulatória para afastar a exigência de recolhimento de ICMS exigida por Auto de Infração. Em decisão interlocutória, o Tribunal de Justiça suspendeu a exigibilidade do crédito por vislumbrar que o caso concreto guarda relação com a hipótese da Súmula nº 166 do STJ. Em dezembro de 2021 o Tribunal negou provimento ao recurso do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$55.043 (R$54.382 em 31 de dezembro de 2020). (VI) A Companhia teve auto de infração lavrado pela Receita Federal exigindo supostos recolhimentos previdenciários por entender que os contratos de representantes comerciais na realidade encobrem relação de emprego. Julgados procedentes os embargos, aguarda-se o julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$17.597 (R$17.084 em 31 de dezembro de 2020). (VII) A Companhia teve autos de infração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), referentes aos anos-calendário de 2014 e 2015 lavrados pela Receita Federal. Foi apresentada impugnação que foi julgada parcialmente procedente. Com a apresentação de recurso voluntário aguarda-se o julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$25.065 (R$24.342 em 31 de dezembro de 2020). (VIII) A Companhia pretende a anulação dos créditos tributários consubstanciados no processo administrativo nº 13896.720208/2012-03, referente a cobrança de IPI, em razão de suposto erro de classificação para determinados impressos gráficos, compreendidos no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$17.146 (R$16.019 em 31 de dezembro de 2020). (IX) A Companhia pretende a Anulação dos créditos tributários consubstanciados no processo administrativo nº 13896.722236/2011-76, referentes às cobranças de IPI em razão de suposto erro de classificação para determinados impressos gráficos, compreendidos no período de abril de 2006 a dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado do referido processo é de R$ 14.247(R$13.311 em 31 de dezembro de 2020). *Processos cíveis, comerciais e outros:* (I) Ação cível ajuizada pela Companhia em 9 de julho de 2007, requerendo a anulação ou, se assim não se entender, a redução da multa imposta pela ANATEL. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação, em 31 de dezembro de 2021, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R$14.646 (R$13.351 em 31 de dezembro de 2020). *Processos trabalhistas:* A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS, dentre outros direitos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2021, as reclamações possíveis de maior representatividade referentes aos temas acima somam o montante de R$22.966 (R$22.273 em 31 de dezembro de 2020). *Processo criminal:* • Decorrente do cumprimento da medida cautelar de sequestro de bens determinada por força de decisão proferida pela 10ª Vara Federal Criminal. Referida decisão decretou o sequestro de patrimônio da Companhia no limite de R$ 21.705 em 07 de dezembro de 2021 (R$0 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por seguro garantia. Referida decisão foi tomada em decorrência do Inquérito Policial instaurado a fim de apurar eventuais irregularidades na licitação para impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre os anos de 2010 e 2019, no âmbito do qual foram executados Mandados de Busca e Apreensão nas unidades fabris da Companhia em dezembro de 2021. Até o momento a Companhia não foi indicada e nem intimada a prestar informações e/ou declarações em tal Inquérito.

14. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	2021	2020
Contas a receber (a)		
Valid Par	5	20
Valid Argentina	286	293
Valid Sucursal	3.544	1.863
BluPay	6	-
Serbet	-	200
Interprint	1.534	1.018
Valid Certificadora	1.052	434
Nexitera	593	22
Total do contas a receber	7.020	3.850
Mútuo a receber		
Blupay	-	5.424
Valid Espanha	358.323	-
Valid USA	-	770
Total do mútuo a receber	358.323	6.194
Total ativo	365.343	10.044

	Controladora	
	2021	2020
Contas a pagar (a)		
Valid Argentina	-	(29)
Valid Sucursal	(91)	(56)
Serbet (a.1)	-	(3.000)
Interprint	-	(54)
Mitra (a.1)	(3.159)	(3.000)
Uram	-	(42)
Valid Espanha	(824)	(1.919)
Valid AS	(2.342)	(4.052)
Certificadora	(3)	-
Valid USA	(1)	-
Total passivo	(6.420)	(12.152)

	Controladora	
	2021	2020
Demonstração dos resultados (a)		
Valid Argentina	1	37
Valid Sucursal	2.501	416
Valid Hub	-	-
Interprint	405	196
Tress	-	1.645
Valid México	33	-
Nexitera	30	-
Blupay	104	-
Certificadora	316	40
Receita líquida	3.390	2.334
Valid Argentina	(44)	(359)
Interprint	(112)	(816)
Valid Certificadora	(69)	(3.583)
Mitra	(5)	-
Uram	-	(55)
Valid Espanha	(8.426)	(9.327)
Valid USA	(24)	(51)
Valid AS	(38.608)	(27.942)
Tress	-	(759)
Custo das mercadorias e serviços (a)	(47.288)	(42.892)

(a) A maioria das operações referem-se à compra de insumos entre as empresas, sendo a produção feita de acordo com as necessidades das partes envolvidas, não existindo contrato firmado de produção mínima. O prazo médio de pagamento/recebimento dos valores envolvidos é de 35 dias, sendo todas as transações realizadas de acordo com as práticas de mercado. (a.1) Adicionalmente, o saldo a receber com Mitra refere-se a Holdback com os sócios não controladores no montante de R$3.159. Outras transações entre partes relacionadas: • Em 31 de dezembro de 2021, a Valid Espanha possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Argentina no montante de R$4.562, R$35.492 com a Valid USA, R$18.816 com a Valid Sucursal e R$18.979 com a Valid México, R$2.257 com a Valid Nigéria, sendo todos esses valores referentes à venda de insumos (R$7.033 com a Valid Argentina, R$16.548 com a Valid USA, R$16.112 com a Valid Sucursal e R$14.501 com a Valid México em 31 de dezembro de 2020). • Em 31 de dezembro de 2021, a Valid A/S possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Espanha no montante de R$25.805, R$15.834 com a Valid Nigéria, R$13.958 com a Valid USA e R$21.882 com a Valid Argentina, sendo todos esses valores referentes à venda de insumos (R$32.902 com a Valid Espanha, R$11.264 com a Valid Nigéria, R$22.248 com a Valid USA e R$15.648 com a Valid Argentina em 31 de dezembro de 2020). • A Valid Espanha celebrou dois contratos de mútuo com a Valid USA no montante total de US$13.000 mil em 23 de novembro de 2018 com juros remuneratórios de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste mútuo é de US$3.000 mil (equivalente a R$16.743) e em 31 de dezembro de 2020 o saldo deste mútuo é de US$3.000 mil (equivalente a R$15.592). • A Valid Espanha celebrou um contrato de mútuo com a Valid USA no montante de US$2.500 mil em 15 de março de 2019 com juros remuneratórios de 5,2% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do mútuo atualizado é de US$2.979 mil (equivalente a R$16.625) e em 31 de dezembro de 2020 e de US$3.051 (equivalente a R$15.856). • Em 29 de julho de 2019, a Interprint celebrou um contrato de mútuo com a Nexitera no montante de R$3.000 com juros remuneratórios de 115% das taxas médias diárias de CDI expressa na forma percentual ao ano, calculando-se a remuneração *pro rata die*. Em 14 de outubro de 2019, foi realizado um aditivo deste contrato no montante de R$2.000. Em março de 2020, foi celebrado um novo contrato no montante de R$2.500 que foi enviado em cinco parcelas de R$500. A primeira parcela foi enviada em março de 2020 e as demais parcelas foram enviadas no mês de abril, maio e junho. Em 09 de outubro de 2020 foi celebrado um novo contrato de mútuo de R$150 com juros remuneratórios de 115% das taxas médias da CDI. Em 30 de abril de 2021, os mútuos foram capitalizados em sua totalidade, não havendo liquidação da dívida. • Em 29 de março de 2021, a Companhia celebrou um contrato mútuo com a Controlada Valid Espanha no montante em EUR 3.361 mil, com juros remuneratórios de 6% a.a, calculando-se *pro rata die* com vencimento em 31 de março de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo atualizado deste mútuo é de EUR 3.496 mil (equivalente a R$22.103). • Em 03 de maio de 2021, a Controladora, celebrou um contrato de mútuo com a Controlada Valid Espanha no montante em EUR 22.728 mil, com juros remuneratórios de 6% a.a, calculando-se *pro rata die* com o vencimento em 03 de maio de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo atualizado deste mútuo é de EUR 23.626 mil (equivalente a R$149.343). • Em 17 de maio de 2021, a Controladora, celebrou um contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de EUR 28.500 mil, com juros remuneratórios de 6% a.a, calculando-se *pro rata die* com o vencimento em 30 de novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo atualizado deste mútuo é de EUR 29.564 mil (equivalentes a R$186.876). • Em 28 de abril de 2021, a Companhia, celebrou um contrato de mútuo com a Valid USA no montante de R$44.000, com juros remuneratórios de 6% a.a, calculando *pro rata die* com o vencimento em 28 de abril de 2022. O mútuo foi liquidado em 20 de dezembro de 2021. Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a remuneração dos administradores, conselheiros e demais diretores não estatutários, registrada na demonstração do resultado, que incluem encargos sociais e demais benefícios está demonstrada a seguir:

Consolidado	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2021
Remuneração fixa anual	1.970	456	7.787	9.082	19.295
Remuneração	1.647	380	5.396	3.426	10.849
Encargos e benefícios	323	76	2.006	5.125	7.530
Plano de Previdência Privada	-	-	385	531	916
Remuneração variável anual	-	-	12.136	3.669	15.805
Remuneração variável	-	-	4.324	2.314	6.638
Remuneração baseada em ações	-	-	5.004	612	5.616
Encargos por ônus do empregador	-	-	2.808	743	3.551
Total remuneração	1.970	456	19.923	12.751	35.100

(*) A remuneração dos administradores: Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2021, corresponde ao montante de R$18.388.

Consolidado	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2020
Remuneração fixa anual	1.715	433	7.667	6.487	16.302
Remuneração	1.395	369	4.903	4.128	10.795
Encargos e benefícios	320	64	2.764	2.359	5.507
Remuneração variável anual	-	-	4.024	1.911	5.935
Remuneração variável	-	-	2.961	1.656	4.617
Encargos por ônus do empregador	-	-	1.063	255	1.318
Total Remuneração	1.715	433	11.691	8.398	22.237

(*) A remuneração dos administradores: Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2020, corresponde ao montante de R$13.600.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 7 de janeiro de 2021, em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o aumento de capital da Companhia e emissão de bônus de subscrição com vantagem adicional dentro do capital autorizado. Após o período limite previsto para os acionistas adquirirem as ações, foi realizado um aumento de capital com a emissão de 10.845.000 ações que representou um aporte no montante de R$99.019, assim como foi conferido a cada ação participante do processo do aumento de capital um bônus de subscrição que poderá futuramente ser convertido em ações da Companhia. Sendo assim, foi emitido 10.845.000 bônus de subscrição. Dessa forma, o capital social líquido dos custos com emissão de ações, passou de R$904.508 dividido em 71.225.000 ações ordinárias para R$1.003.527 dividido em 82.070.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas. b) Reservas de capital e ações em tesouraria: *Reservas de Capital - Opções de outorgas reconhecidas e planos de ações restritas:* Em 31 de dezembro de 2012 e 2019, em função do programa de opção de compra de ações finalizados em 2012 e 2019, respectivamente, a Companhia possui constituída uma reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R$12.517. Em 29 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, um Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia "PILP" (ações restritas). O preço fixado das ações considerou a média dos últimos 90 pregões pré-AGOE com um período de *vesting* de até o quarto ano da outorga. Foram estimados a quantidade de 2.530.023 ações para atender o plano de incentivo de longo prazo. Consideramos no modelo Binomial a lógica de "*Protective Put*", que seria o custo que o participante teria para manter seu ganho esperado no momento do exercício adquirindo uma opção de venda da ação pelo valor da ação no momento do exercício do *stock option* proveniente do plano de Incentivos de Longo Prazo. A Companhia constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reserva de capital para opções de ações outorgadas o montante de R$9.169. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total registrado é de R$21.686 (R$12.517 em 31 de dezembro de 2020). *Reservas de Capital - Ações em tesouraria:*

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Canceladas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Programa *matching* - 2021	133.764	mai/21	R$ 8,78	-	133.764	(4.018)	-	-	129.746
Programa *matching* - 2021 - B	377.804	jul/21	R$ 8,78	-	377.804	(183.121)	(5.100)	(15.794)	173.789
Programa RSU - 2021 - 1	233.333	mai/21	R$ 8,78	-	233.333	(233.333)	-	-	-
Programa RSU - 2021 - 2	233.333	mai/22	R$ 8,78	-	233.333	-	-	-	233.333
Programa RSU - 2021 - 3	233.334	mai/23	R$ 8,78	-	233.334	-	-	-	233.334
Programa SOP - 2021 - 1	138.126	mai/21	R$ 8,78	-	138.126	(2.125)	-	-	136.001
Programa SOP - 2021 - 2	138.126	mai/22	R$ 8,78	-	138.126	(2.125)	-	-	136.001
Programa SOP - 2021 - 3	138.126	mai/23	R$ 8,78	-	138.126	-	-	-	138.126
Programa SOP - 2021 - 4	138.122	mai/24	R$ 8,78	-	138.122	-	-	-	138.122
Programa SOP - 2021 - B	67.500	mai/21	R$ 8,78	-	67.500	-	-	-	67.500
Programa SOP - 2021 - B	67.500	mai/22	R$ 8,78	-	67.500	-	-	-	67.500
Programa SOP - 2021 - B	67.500	mai/23	R$ 8,78	-	67.500	-	-	-	67.500
Programa SOP - 2021 - B	67.500	mai/24	R$ 8,78	-	67.500	-	-	-	67.500
Programa SOP - 2021 - G	181.348	jul/21	R$ 8,78	-	181.348	(92.626)	(17.078)	-	71.644
Total	2.215.416				2.215.416	(517.348)	(22.178)	(15.794)	1.660.096
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R$ 8,78						

Reservas de Capital - Transações de capital: Em 31 de dezembro de 2021, foi registrado um montante de (R$719) devido à aquisição de 42% de participação de não controladores referente a empresa BluPay. Após a transação, a Companhia detém 100% de participação da controlada. Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Essas ações são adquiridas com recursos do caixa da Companhia. A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014
04/02/2016	1.000.000 ações	1,50%	01/02/2017
01/02/2017	1.000.000 ações	1,57%	02/02/2018
02/02/2018	1.000.000 ações	1,44%	06/09/2019
12/11/2019	1.000.000 ações	1,45%	12/05/2021
19/10/2021	2.000.000 ações	2,48%	20/10/2022

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém 2.357.358 ações ordinárias em tesouraria (1.920.458 ações em 31 de dezembro de 2020), cujo custo médio ponderado de aquisição assim como custo mínimo e custo máximo estão demonstrados a seguir:

		Controladora - custo de aquisição em reais		
Tipo	2021	Valor da ação - mínimo	Valor da ação - máximo	Valor da ação - ponderado
Valor do custo de aquisição da ação	-	7,53	25,39	12,58

Baseado na última cotação de mercado disponível, em 31 de dezembro de 2021, o valor das ações em tesouraria é de R$20.273, cujo preço médio ponderado assim como preço mínimo e preço máximo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

telecom		Preço (em reais)			
Tipo	2021	Valor da ação - mínimo	Valor da ação - máximo	Valor da ação - ponderado	Valor da ação - última cotação
Valor atual da ação	-	7,08	11,00	8,84	8,60

		Quantidade			
Tipo	2020	Adição	Baixa	Bonificação	2021
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria	1.920.458	839.300	(402.400)	-	2.357.358

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo de ações no montante de R$24.808. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 839.300 ações no montante de (R$7.130) e em atendimento ao plano de incentivo de longo prazo aprovado em AGOE no 29 de abril de 2021 e realizou a entrega de 402.400 ações líquidas de impostos gerando uma adição líquida nesta rubrica no montante de R$134. O custo de aquisição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 é de R$31.804 (R$24.808 em 31 de dezembro de 2020). c) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reserva legal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente absorvido pelos os prejuízos acumulados no montante de (R$58.983) e foi constituído o montante de R$2.984, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (R$58.983 em 31 de dezembro de 2020). *Reserva para investimento:* É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 2020:	140.631
Absorção de prejuízos acumulados	(143.472)
Constituição da reserva para investimento referente ao lucro do exercício de 2021	33.558
Ajuste por inflação em controlada no exterior	8.571
Reserva reflexa	3.502
Saldo em 2021:	42.790

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação	Data	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020			11
JCP declarados referente ao exercício de 2021	R$0,29	31/01/2022	23.145
Saldo em 31 de dezembro de 2021			23.156

Os Juros sobre Capital Próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação demonstrações financeiras, os Juros sobre Capital Próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os Juros sobre Capital Próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral dos Acionistas, destinar o montante do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos proprietários da Controladora	59.687	(202.455)
Constituição de reserva legal (5%)	(2.984)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	56.703	-
Dividendos intercalares declarados referentes ao exercício		
Juros sobre o capital próprio declarados referentes ao exercício	(23.145)	-
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	-	-
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(23.145)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-
	2021	2020
Resumo das destinações:		
Reserva legal	2.984	-
Reserva para investimento	33.558	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.145	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	59.687	(202.455)

e) Outros resultados abrangentes: *Ajustes acumulados de conversão:* Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras ("CPC 02"), equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta rubrica era credor em R$220.340 (credor em R$173.502 em 31 de dezembro de 2020). Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, direta e indireta, diferentes do Real (Dólar e Euro). *Hedge de investimento líquido em operação no exterior:* Conforme CPC 48 (IFRS 09) as operações de *hedge* de investimentos líquido em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante as de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do investimento de *hedge* relacionado à parcela efetiva é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O ganho ou perda relativos à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida. A controlada Valid Espanha apresenta investimentos líquidos em operações no exterior em USD, contabilizando as variações cambiais das operações em outros resultados abrangentes, conforme definido pelo IAS 21. Essa transação refletia em oscilações cambiais decorrente da paridade entre dólar (moeda do investimento) e euro (moeda funcional da Valid Espanha). Durante o primeiro semestre de 2018, a Companhia decidiu melhorar o nível de sua atual estrutura de gerenciamento de risco e passou avaliar formas de mitigar as oscilações cambiais registradas em seu patrimônio líquido. Sendo assim, com intuito de proteção da variação cambial, a Companhia decidiu manter percentual mínimo dos investimentos líquidos em operações no exterior protegidos contra a variação cambial (investimento na Valid USA (dólar americano)) e designou instrumentos não derivativos para cobertura da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor é de R$13.675 na rubrica de "Outros resultados abrangentes" relativos a *hedge* de investimentos líquido em operações no exterior (devedor em R$5.557 em 31 de dezembro de 2020). f) Participação de não controladores:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	49.778	18.242
Participação no resultado do período	(1.770)	806
Aquisição de participação de não controladores	(1.381)	(2.842)
Aquisição da Alpdex	-	548
Aquisição da Serbet	-	15.924
Aquisição da Mitra	-	12.171
Constituição da Valid Hub	-	1.120
Aquisição de controladores	-	(1.366)
Aumento de capital	2.200	1.960
Pagamento de dividendos para não controlador	(2.018)	-
Outros	(24)	-
Ajustes acumulados de conversão	937	3.215
Saldo no fim do exercício	47.722	49.778

16. Resultado por ação: A Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora	
	2021	2020
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias controladora	59.687	(202.455)
Média ponderada da quantidade ações ordinárias para o resultado	78.187	69.954
Resultado por ação - resultado básico por ação (em reais)	0,76339	(2,89412)

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial diluído. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados.

17. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de venda de produtos	81.581	73.745	947.678	897.211
Receita bruta de venda de serviços	896.375	648.957	1.405.202	1.165.504
Total da receita bruta	977.956	722.702	2.352.880	2.062.715
Imposto sobre vendas	(121.031)	(93.488)	(139.188)	(110.566)
Devoluções sobre vendas	(9.356)	(7.349)	(15.691)	(13.007)
Receita de vendas líquida	847.569	621.865	2.198.001	1.939.142

18. Custos e despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento dos custos e despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Despesa por natureza	2021	2020	2021	2020
Mão de obra	173.100	154.633	521.659	467.701
Benefícios a empregados	36.933	47.702	72.495	81.349
Impostos e taxas	43.411	43.927	93.151	88.724
Arrendamento operacional	12.519	9.718	17.758	13.783
Depreciação e amortização	38.321	41.657	138.079	137.622
Material de consumo/matéria-prima	285.331	185.579	775.137	705.998
Serviços de terceiros	45.139	37.975	144.402	130.997
Manutenção	14.520	12.297	32.069	33.528
Utilidades e serviços	54.053	38.655	122.876	99.408
Comissões sobre vendas	9.269	9.893	25.969	27.530
Frete sobre vendas	8.501	9.861	26.702	30.254
Gerais e outros	6.207	29.808	29.068	53.365
Total de despesas por natureza	727.304	621.705	1.999.365	1.870.259
Classificadas como				
Custos das mercadorias e serviços	639.391	539.501	1.682.479	1.596.306
Despesas com vendas	44.207	54.511	191.591	183.013
Despesas gerais e administrativas	43.706	27.693	125.295	90.940
Total	727.304	621.705	1.999.365	1.870.259

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	14.778	6.094	16.505	9.375
Variação cambial, juros s/ mútuos	47.990	174	60.219	1.388
Variação cambial de empréstimos	-	-	4.533	6.041
Outras variações cambiais	2.020	2.763	47.797	69.475
Correção de juros sobre arrendamentos	1.263	1.055	1.489	1.159
Variação cambial de arrendamentos	-	-	3	77
Títulos e valores mobiliários	1.574	-	1.574	-
Créditos e atualizações financeiras sobre créditos fiscais	10.821	-	27.368	-
Swap	-	216	-	216
Outras receitas financeiras	608	436	2.316	615
Total receitas financeiras	79.054	10.738	161.804	88.346
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(63.722)	(23.495)	(85.020)	(57.516)
Variação cambial e juros sobre mútuo	(40.335)	-	(62.692)	(4.347)
Variação cambial de empréstimos	-	-	(5.861)	(309)
Outras variações cambiais	(4.433)	(1.963)	(47.651)	(82.468)
Despesas bancárias	(11.138)	(1.675)	(15.467)	(6.284)
Juros sobre arrendamentos	(573)	(1.046)	(6.950)	(7.972)
Correção de juros sobre arrendamentos	(1.316)	(51)	(1.432)	(67)
Variação cambial de arrendamentos	-	-	(19)	(19)
Títulos e valores mobiliários	(354)	-	(354)	-
Swap	(108)	(2.061)	(108)	(2.061)
Despesa de *waivers*	-	(7.529)	-	(7.529)
Outras despesas financeiras	(1.048)	(1.263)	(4.505)	(4.909)
Total despesas financeiras	(123.027)	(39.083)	(230.059)	(173.481)
Total receitas e despesas financeiras	(43.973)	(28.345)	(68.255)	(85.135)

20. Outras receitas (despesas) operacionais: As principais informações de registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão sendo apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com reestruturação	(12.904)	(4.975)	(12.904)	(8.258)
Venda de imóvel na Valid USA	-	-	14.404	-
Amortização de mais valia de ativos	-	-	(15.082)	(14.531)
Ganho/custo na venda do ativo imobilizado e provisão para obsolescência/*impairment*	(7.075)	(10.394)	(7.276)	(8.651)
Impairment (2)(3)	(4.442)	-	(8.884)	(135.380)
Ganho/perda na venda de participação acionária	-	1.308	-	(952)
Processo de contingência (1)	(20.440)	-	(20.440)	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(4.796)	(4.071)	(10.039)	(11.278)
Total de outras despesas operacionais	(49.657)	(18.132)	(60.221)	(179.050)

(1) Processo cível detalhado na Nota 13.a. (2) Provisão para *impairment* no montante de R$8.884 registrada na rubrica de "ativo disponível para venda" referente a alienação de uma fábrica localizada em São Bernardo do Campo-SP; (3) Provisão para *impairment* registrada na controlada Valid USA no montante total de US$25.167(Equivalentes a R$130.824), sendo: ativos de vida útil indefinida (ágio) no montante de US$12.050 (Equivalentes a R$62.619); ativo de vida útil definida (carteira de clientes) no montante de US$ 9.696 (Equivalentes a R$50.469) e ativo fixo no montante de US$3.424 (Equivalentes à R$17.736). Além dos USA, foi registrada R$1.721 referente aos ativos fixos e R$2.835 referente ao ágio da empresa Tress. Em 31 de março de 2021, com o objetivo de ganhos de eficiência de nossas operações de Impressos de Segurança, bem como maior integração entre seus negócios, a Companhia decidiu concentrar sua operação fabril de São Bernardo do Campo/SP na fábrica de Sorocaba/SP através de um plano detalhado aprovado pela Administração. Com isso, foi constituída uma provisão para os gastos com reestruturações no montante de R$7.226 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nesta provisão estão sendo considerados principalmente os gastos com mão de obra, e os custos com a desmobilização da fábrica. Em 19 de outubro de 2021, com o objetivo de ganhos de eficiência de nossas operações de Impressos de Segurança, bem como maior integração entre seus negócios, a Companhia decidiu concentrar sua operação fabril do Cajú/RJ na fábrica de Sorocaba/SP através de um plano detalhado aprovado pela Administração. Com isso, foi constituída uma provisão para os gastos com reestruturações no montante de R$5.678 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nesta provisão estão sendo considerados principalmente os gastos com mão de obra, e os custos com a desmobilização da fábrica. Os desembolsos de recursos envolvendo essas consolidações tem previsão de ocorrer até o final de 2022. Em função das diferenças temporais tributárias nesta operação, foi constituída a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que estão refletidos na Nota 6.b. **21. Informações por segmento:** Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações: a) Meios de pagamento: Neste segmento são considerados os produtos e soluções integradas, tais como, cartões com *chip* e de tarja magnética, *gift cards*, impressão de cheques, faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, são consideradas soluções em *Radio Frequency Identification* - RFID, cartões *contactless* e de pagamentos móveis (por meio de TSM - *Trusted Service Manager* e HCE - *Host Card Emulation*, via NFC - *Near Field Communication*). b) Identificação: O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressão de documentos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade, carteiras de habilitação, carteiras de conselho de classe, selos para segurança e autenticidade de marcas. A Companhia oferece uma estrutura *full service*, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para *Smart Cities*, selos rastreáveis e serviços de Certificação Digital. c) Mobile: No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Companhia, destacam-se os serviços de emissão extrato e tecnologias para o uso em celular e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel. Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular - como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os *SIM Cards* o principal produto da unidade de negócio. Pensando nas tendências do mercado de Mobile, a Valid está ativamente participando das diferentes iniciativas associadas a evolução do cartão SIM, especificamente o que tem se denominado como eUICC (*embedded* UICC), essa nova fase do SIM considera um mercado mais amplo uma vez que o cartão SIM agora faz parte da conectividade relacionada as iniciativas de *Machine to Machine* e *Internet of Things* (IoT), o *chip* estará sendo embarcado não só num celular, mas também em outros tipos de dispositivos, por exemplo automóveis, medidores de energia, etc. Nesse novo contexto, a solução considera a parte do *chip*, mas também uma plataforma de ativação do *chip* (conhecida como Subscription Manager). A Administração da Companhia monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado, principalmente, com base no lucro alocado por segmento, que compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social. As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio, podem ser resumidas a seguir:

2021	Identificação	Meios de pagamento	Mobile	Eliminações	Não alocado a segmentos	Consolidado
Receitas						
Receitas de clientes	540.736	1.141.181	516.084	-	-	2.198.001
Receitas de intersegmento	1.229	84.864	185.359	(271.452)	-	-
Total das receitas	541.965	1.226.045	701.443	(271.452)	-	2.198.001
Custos	(370.092)	(1.020.946)	(291.441)	-	-	(1.682.479)
Despesas de vendas	(50.060)	(43.845)	(97.686)	-	-	(191.591)
Despesas administrativas	(39.320)	(59.720)	(26.255)	-	-	(125.295)
Custos e despesas de intersegmento	(1.229)	(84.864)	(185.359)	271.452	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(68.255)	(68.255)
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	-	-	(60.221)	(60.221)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(2.628)	(2.628)
IR/CS sobre o lucro					(9.615)	(9.615)
Lucro líquido do período						57.917

2021	Identificação	Meios de pagamento	Mobile	Eliminações	Consolidado
Ativos operacionais	251.343	696.581	411.989	(170.921)	1.188.992
Clientes	111.471	185.164	308.758	(170.921)	434.472
Estoques	14.078	240.945	68.243	-	323.266
Imobilizado	125.794	270.472	34.988	-	431.254
Passivos operacionais	81.209	124.912	162.415	(165.475)	203.061
Fornecedores	81.209	124.912	162.415	(165.475)	203.061

2020	Identificação	Meios de Pagamento	Mobile	Eliminações	Não alocado a segmentos	Consolidado
Receitas						
Receitas de clientes	454.427	1.017.712	467.003	-	-	1.939.142
Receitas de intersegmento	(2.158)	(112.902)	(166.822)	281.882	-	-
Total das Receitas	452.269	904.810	300.181	281.882	-	1.939.142
Custos	(364.776)	(929.265)	(302.265)	-	-	(1.596.306)
Despesas de vendas	(49.877)	(47.137)	(85.999)	-	-	(183.013)
Despesas administrativas	(31.041)	(41.744)	(18.155)	-	-	(90.940)
Custos e despesas de intersegmento	2.158	112.902	166.822	(281.882)	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(85.135)	(85.135)
Outras despesas operacionais líquidas	(4.556)	(130.824)	-	-	(43.670)	(179.050)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	801	801
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	(7.148)	(7.148)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						(201.649)

2020	Identificação	Meios de Pagamento	Mobile	Eliminações	Consolidado
Ativos operacionais	275.320	609.139	364.754	(150.429)	1.098.784
Clientes	115.574	144.004	272.676	(150.429)	381.825
Estoques	13.991	199.107	56.916	-	270.014
Imobilizado	145.755	266.028	35.162	-	446.945
Passivos operacionais	40.178	141.582	156.546	(150.244)	188.062
Fornecedores	40.178	141.582	156.546	(150.244)	188.062

As rubricas "Outras despesas operacionais, líquidas", "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" e "Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro" estão apresentadas na tabela acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que essas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional. A Companhia e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Nigéria, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Taiwan, China e Irlanda. Por não serem individualmente representativas, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros - exceto EUA, Argentina e EMEAA - estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	Consolidado	
Receitas por distribuição geográfica	2021	2020
No país sede da entidade – Brasil	1.006.628	769.649
Na Argentina	99.149	98.201
Na EMEAA (**)	308.693	308.128
Nos demais países estrangeiros	109.313	92.983
Nos Estados Unidos da América	674.218	670.181
Receitas por região	2.198.001	1.939.142

	Consolidado	
Ativos não circulantes (*)	2021	2020
No país sede da entidade - Brasil	729.052	540.645
Na Argentina	19.825	16.303
Na EMEAA (**)	586.895	582.647
Nos Estados Unidos da América	306.997	308.508
Nos demais países estrangeiros	12.796	11.745
Ativos não circulantes por região	1.655.565	1.459.848

(*) Não contempla tributos diferidos. (**) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Indonésia, China e Nigéria.

d) Informações sobre os principais clientes: Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, a Administração da Companhia informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia e de suas controladas. **22. Planos de benefícios de aposentadoria:** A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados localizados no Brasil de acordo com os grupos definidos na política interna do plano de previdência. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e suas controladas em fundos controlados por agentes fiduciários. A Companhia contribui com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria, sendo a única obrigação da Companhia com relação ao plano de aposentadoria a de fazer tais contribuições. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas reconheceram na demonstração de resultado do período na rubrica dos "Custos dos produtos vendidos" e "Despesas operacionais", os seguintes valores relacionados a benefícios:

	Controladora		Consolidado	
Benefícios	2021	2020	2021	2020
Plano de previdência privada	(501)	(844)	(530)	(1.070)
Total	(501)	(844)	(530)	(1.070)

23. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos e obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e de suas controladas e combinações de negócios, enquanto as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações. Mensuração do valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo das contas a receber, partes relacionadas e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como seguem, respectivamente:

2021		Controladora		Consolidado	
Mensuração do valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	14.096	14.096	160.839	160.839
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	192.368	192.368	229.200	229.200
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	8.573	8.573	8.573	8.573
Aplicação financeira vinculada	Valor justo por meio do resultado	169.637	169.637	169.688	169.688
Contas a receber	Custo amortizado	178.474	178.474	528.654	528.654
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	365.343	365.343	1.722	1.722
Outras contas a receber	Custo amortizado	5.658	5.658	43.798	43.798
Depósitos judiciais	Custo amortizado	40.483	40.483	41.204	41.204
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	74.899	74.899	203.061	203.061
Débitos com partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado	6.420	6.420	3.440	3.440
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	880.351	895.795	1.150.207	1.136.969
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	23.156	23.156	23.156	23.156

2020		Controladora		Consolidado	
Mensuração do valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	9.246	9.246	151.645	151.645
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	307.351	307.351	334.891	334.891
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	5.622	5.622	5.622	5.622
Aplicação financeira vinculada	Valor justo por meio do resultado	57.113	57.113	57.163	57.163
Contas a receber	Custo amortizado	166.765	166.765	460.545	460.545
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	10.044	10.044	3.998	3.998
Outras contas a receber	Custo amortizado	7.049	7.049	51.937	51.937
Depósitos judiciais	Custo amortizado	20.589	20.589	21.166	21.166
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	66.326	66.326	188.062	188.062
Débitos com partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado	12.152	12.152	6.072	6.072
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	575.276	585.242	1.191.978	1.288.749
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	11	11	11	11

Hierarquia do valor justo: De acordo com o CPC 46/IFRS 13, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa; títulos e valores mobiliários e empréstimos, financiamentos e debêntures pelo seu valor justo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como Nível 1 e o caixa, equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros registrados a valor justo e/ou que possuem seu valor justo divulgado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora - 2021		
Descrição	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Equivalentes de caixa	-	192.368	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	895.795	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	8.573	-
Total	895.795	200.941	-

	Controladora - 2020		
Descrição	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Equivalentes de caixa	-	307.351	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	585.242	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	5.622	-
Total	585.242	312.973	-

	Consolidado - 2021		
Descrição	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Equivalentes de caixa	-	229.200	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.136.969	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	8.573	-
Total	1.136.969	237.773	-

	Consolidado - 2020		
Descrição	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Equivalentes de caixa	-	334.891	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.288.749	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	5.622	-
Total	1.288.749	340.513	-

Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia e de suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI. Para os empréstimos mais relevantes da Companhia o indexador atrelado é a taxa Libor. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e de suas controladas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladas a uma estimativa de valorização do Real em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real, conforme descritas na Nota 2.5.b. A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das controladas convertidas para o real no fim do período do relatório e considerando uma desvalorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A valorização do real resultaria em uma redução no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

	Consolidado - 2021	
Moeda	Variação cambial 25%	Variação cambial 50%
PL Pesos Argentino	4.280	8.560
PL Pesos Colombianos	4.780	9.560
PL Pesos Mexicanos	3.469	6.939
PL Pesos Uruguaios	644	1.288
PL Euros	123.861	247.723
PL Dólares	110.273	220.546

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano ("Dólar") e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, em um impacto nas despesas financeiras no montante de R$128.944 na Companhia e R$257.889 no consolidado (R$22.851 e R$45.702 em 31 de dezembro de 2020) relacionado a esses saldos. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido à solidez de tais clientes, a Administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber (Nota 5). Depósitos em bancos e instituições financeiras: Todas as operações da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da administração da Companhia, minimiza seus riscos. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia e de suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Até 1 mês	74.899	66.326	203.061	188.062
Fornecedores	74.899	66.326	203.061	188.062
Até 1 mês	2.374	8.354	6.022	9.087
De 1 a 3 meses	9.750	8.534	71.215	64.449
De 3 meses a 1 ano	306.421	344.039	346.291	660.915
De 1 ano a 5 anos	561.806	214.349	726.679	457.527
Empréstimos, financiamentos e debêntures	880.351	575.276	1.150.207	1.191.978
Total risco de liquidez	955.250	641.602	1.353.268	1.380.040

Análise de sensibilidade: De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados: (i) à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e às aplicações financeiras e (ii) à taxa Libor no que tange aos empréstimos captados pela Companhia e suas controladas através da subsidiária Valid USA e controlada direta Valid Espanha. Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média CDI, acrescido de juros ao ano, enquanto as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI; já os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria nenhum benefício. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pela B3 datado em 03 de janeiro de 2022 foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 11,79%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data-base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	192.368	CDI	11,79%	8,84%	5,90%
Receita financeira bruta			22.680	17.005	11.350

Controladora					
Operação	Saldo em 2020	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	307.351	CDI	3,61%	2,71%	1,81%
Receita financeira bruta			11.095	8.329	5.563

Consolidado					
Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	229.200	CDI	11,79%	8,84%	5,90%
Receita financeira bruta			27.023	20.261	13.523

Consolidado					
Operação	Saldo em 2020	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	334.891	CDI	3,61%	2,71%	1,81%
Receita financeira bruta			12.090	9.076	6.062

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2021. Foram acrescidos 114,8% para 7ª e 8ª emissão, alcançando o indexador de 13,53%, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data-base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do DI em cada cenário.

Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (8ª emissão)	533.028	CDI	13,53%	16,91%	20,30%
Despesa financeira bruta			72.119	90.135	108.205

Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (7ª emissão)	180.449	CDI	13,53%	16,91%	20,30%
Despesa financeira bruta			24.415	30.514	36.631

Operação	Saldo em 2020	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (7ª emissão)	268.902	CDI	4,14%	5,18%	6,21%
Despesa financeira bruta			11.133	13.929	16.699

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Serbet com o financiamento em 31 de dezembro de 2021. Foi considerada a taxa de 6,08% como TJLP projetada e divulgadas pelo BNDES em janeiro de 2022 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento	11	TJLP	6,08%	7,60%	9,12%
Despesa financeira bruta			1	1	1

Operação	Saldo em 2020	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento	147	TJLP	4,39%	5,49%	6,59%
Despesa financeira bruta			6	8	10

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Valid USA com os empréstimos em 31 de dezembro de 2021. Foi considerada 0,58% como Libor três meses projetada e divulgadas pelo REFINITIV em 04 de janeiro de 2022 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldo em 2021	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	73.219	Libor	0,58%	0,73%	0,87%
Despesa financeira bruta			425	534	637

Operação	Saldo em 2020	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	136.060	Libor	0,19%	0,24%	0,29%
Despesa financeira bruta			259	327	395

24. Seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia possui são as seguintes:

Modalidade	Moeda	Importância segurada
Responsabilidade civil	Real	161.982
Riscos operacionais	Real	460.413
Riscos diversos	Real	77.491
Veículos	Real	6.361
D&O - Responsabilidade civil de executivos	Real	91.564
E&O - Responsabilidade profissional	Real	364.830
Fidelidade e crime	Real	8.081
Transporte de mercadorias - importação/exportação	Dólar Americano	11.930

25. Divulgações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa: a) Transações não caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Capitalização de mútuo - BluPay	6.154	-	-	-
Participações oriundas de não controladores	-	369	-	94
Baixa de earn-out/earn-out a pagar	-	(13.260)	-	(13.260)
Intangível adquirido e não pago	749	1.924	9.854	4.318
Imobilizado adquirido e não pago	5.410	2.244	5.767	2.874
Arrendamento adquirido e não pago - imobilizado	12.905	3.301	19.278	7.286
Arrendamento adquirido e não pago - passivo	14.125	3.302	19.870	8.345
Venda de imóvel (USA)	-	-	31.449	-
Aquisição de controladas	-	999	-	-
Total transações não caixa	39.343	(1.121)	86.218	9.657

b) Movimentação dos passivos das atividades de financiamento: As principais movimentações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão sendo apresentadas a seguir:

Controladora	2020	Adição	Baixa	Pagamento (principal + juros)	Apropriação (juros + custo transação)	2021
Empréstimos	306.374	99.078	-	(257.517)	18.939	166.874
Debêntures	268.902	522.389	-	(122.597)	44.783	713.477
Arrendamentos	7.636	14.125	(2.060)	(4.196)	573	16.078
Total dívida	582.912	635.592	(2.060)	(384.310)	64.295	896.429

	2020	Adição	Baixa	Pagamento (principal + juros)	Apropriação (juros + custo transação)	Atualização cambial	Variação cambial (PL)	2021
Empréstimos	922.930	133.035	-	(676.806)	40.237	1.328	15.995	436.719
Financiamentos	146	-	-	(135)	-	-	-	11
Debêntures	268.902	522.389	-	(122.597)	44.783	-	-	713.477
Arrendamentos	116.107	19.870	(2.568)	(30.482)	6.950	16	6.522	116.415
Total dívida	1.308.085	675.294	(2.568)	(830.020)	91.970	1.344	22.517	1.266.622

26. Conciliação do LAJIDA: A Companhia utiliza a métrica do LAJIDA (EBTIDA) como principal métrica de avaliação de desempenho operacional e financeiro. Para fins de atendimento aos termos do § 2º a do artigo 2º da Instrução CVM nº 527/12, demonstramos abaixo a conciliação dos valores do cálculo do EBITDA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	59.687	(202.455)
(+) Participação dos não controladores	(1.770)	806
(+) Imposto de renda e contribuição social	9.615	7.148
(+) Despesas/receitas financeiras	68.255	85.135
(+) Depreciação e amortização	153.166	152.159
EBTIDA conforme Instrução CVM nº 572, de 4 de outubro de 2012	288.953	42.793
(+) Outras despesas operacionais	60.221	179.050
(+) Depreciação e amortização	(17.235)	(18.513)
(+/-) Equivalência patrimonial do minoritário	2.628	(801)
EBTIDA ajustado (1)	334.567	202.529

(1) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho das operações e não deve ser utilizado em substituição aos resultados. O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado por meio da eliminação dos efeitos de outras (receitas) despesas operacionais, depreciação e amortização da administração, efeitos de depreciação, amortização, despesas e impostos sobre equivalência patrimonial da CUBIC e BCT e outras despesas não recorrentes. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado, dessa forma, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos e despesas decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros. **27. Eventos subsequentes:** • Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R$23.145 de juros sobre capital próprio equivalentes ao valor bruto de R$ 0,29 (em reais) por ação, aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2021 conforme mencionado na Nota 15.d. • Em 21 de janeiro de 2022, a controlada Interprint assinou o contrato de compra e venda do imóvel localizado em São Bernardo do Campo/SP no montante de R$12.220. • Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia efetuou o pagamento referente à 8ª emissão de debêntures emitidas em 10 de maio de 2021 no montante de R$3.564, sendo R$2.700 referente ao pagamento de principal e R$864 de juros sobre debêntures. • Em 14 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou junto ao Banco BTG Pactual (Nota 12 quadro a.8) o reperfilamento do saldo que possuía em aberto com esta instituição no montante de R$33.333. Pelo cronograma original, o montante seria pago em parcelas mensais que se encerrariam em julho de 2023. Após o reperfilamento, a Companhia não terá pagamento de amortização no ano de 2022, que serão retomados em março de 2023 por um período de 24 meses, finalizando em fevereiro de 2025. A operação que possuía taxa de CDI + 4,00% a.a. passou para CDI 2,90 % a.a., mantendo inalterado o patamar de garantias (30% do saldo devedor). Segue abaixo os detalhes da operação:

Descrição	Empréstimos
Tomador	Valid S/A
Banco	BTG
Valor total	R$33.333
Data da captação	16/04/2021
Data de vencimento	14/02/2025
Data da quitação	-
Remuneração	CDI + 2,90%
Garantia	Valid S.A.
Motivo	Reforço de caixa
Amortização do principal	Mensais a partir de 14/03/2023
Pagamento de juros	"Juros mensais – durante a carência de 12 meses, juros serão trimestrais"

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras: Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Parecer dos Auditores Independentes: Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com a opinião de seus auditores independentes referenciada no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA: Ivan Luiz Murias dos Santos – Diretor Presidente; Renato Tysler – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Mauricio Ribeiro de Menezes – Diretor de Operações; Ilson Roque Bressan – Diretor Comercial e de Marketing. **CONTADOR:** Eduardo Paez Guimarães – CRC-RJ 08.8378/O-7; **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Sidney Levy – Presidente; Claudio Almeida Prado – Conselheiro Independente; Henrique Bredda - Conselheiro Independente; Guilherme Affonso Ferreira - Conselheiro Independente; Fiamma Zarife - Conselheiro Independente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Valid Soluções S.A.** Rio de Janeiro – RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Valid Soluções S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 10, a Companhia possui contabilizado ágio pago por expectativa de rentabilidade futura gerado em combinação de negócios no montante de R$582.663 mil em 31 de dezembro de 2021, que representa aproximadamente 19% do total do ativo consolidado da Companhia nessa data. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura para determinar se houve redução do seu valor recuperável. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, estimativa de vendas futuras, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas são afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil e dos países em que se encontram suas controladas, os quais possuem um grau elevado de julgamento para serem estimadas. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, em particular os dados utilizados para determinar as taxas de desconto utilizadas pela diretoria da Companhia; (ii) a avaliação da razoabilidade das projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativa de vendas futuras, percentuais de crescimento e inflação estimada pela diretoria das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura foram alocados. Também avaliamos a razoabilidade da identificação das unidades geradoras de caixa determinada pela diretoria; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das projeções; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual potencial inconsistência no desenvolvimento das estimativas futuras; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas pela diretoria; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.6, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência e na extensão em que o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. No caso da venda de produtos, isso ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao comprador, transferindo o controle a partir da transferência efetiva da propriedade dos produtos. Quanto à venda de serviços, a receita é reconhecida apenas quando ocorre a efetiva prestação dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de produtos vendidos e serviços prestados; (iii) à sua geração em diferentes jurisdições; e (iv) a relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos através de inspeção amostral, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, dos pedidos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes da efetiva entrega dos produtos vendidos e/ou serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega dos produtos vendidos e/ou serviços prestados durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) a realização de procedimentos analíticos para avaliar as tendências e padrões das receitas reconhecidas em bases mensais pela Companhia; e (v) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas das vendas de produtos e de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 9 de março de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6. Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC-1RJ094644/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da VALID SOLUÇÕES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S. em 09 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas. Regis Lemos Abreu, Vanderlei Dominguez da Rosa, William Cordeiro.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Apresentação e Informações Gerais: O Comitê de Auditoria foi instalado na VALID SOLUÇÕES S.A. em 20 de junho de 2017, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria tem por finalidade de assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos rastreando a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos. (iv) a adequação das transações com partes relacionadas; (v) a gestão e monitoramento das exposições ao risco da Companhia. No cumprimento de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da VALID sejam completas e exatas e estejam de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Esta responsabilidade é da Administração e dos Auditores Independentes. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento e de eventuais informações provindas dos canais de denúncias, previsto no item 3.6. **2. A Composição do Comitê:** De acordo com o seu Regimento Interno, o CAE deverá ser composto por, no mínimo 3 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração da VALID, sendo ao menos 01 (um) membro do Conselho de Administração da VALID que não participe da Diretoria, ao menos 01 (um) dos membros do CAE com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e a maioria dos membros independentes. No ano de 2021 foram mantidos pelos membros do conselho, os membros que fazem parte do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo formado pelo Sr. Marcílio Marques Moreira, Sr. Sidney Levy, Sra. Fiamma Zarife e Sr. Guilherme Affonso Ferreira. Em junho de 2021, houve mudança na formação do Comitê, com a alteração de seu membro presidente, onde o Sr. Marcílio Moreira é substituído pelo Sr. Guilherme Affonso Ferreira na presidência do Comitê. Também em junho de 2021, a Sra. Fiamma Zarife deixou de fazer parte do Comitê de Auditoria Estatutário, que passou assim a ser composto por 3 membros. Essa formação se mantém aderente ao disposto no Regimento Interno. **3. Resumo das Atividades em 2021: 3.1. Reuniões Realizadas e Principais Características:** No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 1 extraordinária do Comitê de Auditoria da VALID, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos, Auditores Independentes e Conselho de Administração para realizar o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria. As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram devidamente formalizadas em atas. **3.2. Auditoria Independente:** O Comitê mantém com os auditores externos (Ernst & Young) um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Estas reuniões têm como objetivo a apreciação das Revisões Trimestrais (ITR) e da Demonstração Financeira Anual antes de suas divulgações ao mercado. O Comitê avalia como satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **3.3. Demonstrações Contábeis:** O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Gerência Executiva de Contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo práticas contábeis relevantes, provisões e contingências, mudanças das práticas contábeis e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras no ano de 2021, análise das principais áreas com estimativas e julgamentos. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras. **3.4. Auditoria Interna:** O Comitê de Auditoria se reuniu com a Auditoria Interna para aprovação do Plano de Auditoria Interna, Plano Anual referente ao ano de 2022. O Plano foi aprovado na reunião de dezembro de 2021. No decorrer do ano de 2021, o Comitê de Auditoria acompanhou o desenvolvimento e execução dos trabalhos por meio de realização de reuniões periódicas. Os Relatórios finais da Auditoria Interna emitidos para os executivos da empresa incluindo as deficiências, justificativas e planos corretivos, são discutidos, aprovados pelo Comitê e apresentados ao Conselho de Administração. O Comitê avalia positivamente a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a liquidez e solidez, isto é, a integridade e continuidade da Organização. **3.5. Sistemas de Controles Internos:** A Administração da VALID é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Ernst &Young é a firma de auditoria externa responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma complementar, apresentar relatório sobre o resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras. **3.6. Canal de Denúncias:** Em 2017, a Administração da VALID formalizou uma área de Compliance com a implementação de um novo Canal de Denúncia independente. Foram definidas novas Políticas e Diretrizes para acompanhamento desse canal, com definição das responsabilidades no recebimento, apuração e tratamento das denúncias de fraude, corrupção e suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência. A diretoria de Compliance apresentou ao Comitê de Auditoria o funcionamento do sistema de canal de denúncias, incluindo as estatísticas das denúncias durante o ano de 2021, status, resultado das apurações finalizadas e funcionamento do canal. **3.7. Gestão e Monitoramento de Riscos:** O Comitê, avaliou, em reuniões com a Diretoria, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e vem acompanhando os esforços da empresa com o desenvolvimento de gestão de riscos, o que deverá resultar em melhores controles na gestão integrada dos negócios. O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, percebe que há uma evolução nos esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da VALID, considerando que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização. **3.8. Outras Atividades:** Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria tratou de outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da empresa junto ao Conselho de Administração, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias do negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. **4. Comunicações do Comitê de Auditoria: 4.1. Conselho de Administração:** O Comitê de Auditoria reporta suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, em suas reuniões ordinárias, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da companhia. **4.2. Alta Administração - Diretoria Executiva e Gerentes Executivos:** Para as reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria, quando necessário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. **5. Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração:** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VALID, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas até a presente data pela Administração da VALID e pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão efetivamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31/12/2021. Marcílio Marques Moreira - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - Especialista financeiro e de contabilidade societária - Sidney Levy - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário; Guilherme Affonso Ferreira - Membro e Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 16/03/2022 17:32

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1647376322afbdc2a80f824424b9c5a3901e21414c